



Anais da Assembléia

N. 24

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE ABRIL DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 21.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1.988
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pela Senhora Deputada Amélia Hruschka e pelo Senhor Deputado Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Erondy Silvério, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Carlos Alborghetti, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (34). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Antonio Setti, Nelson Vasconcellos, Orlando Pessuti e Paulo Furiatti (08). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Edmar Luiz Costa, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Irondi Pugliesi, Luiz Alberto Oliveira, Nereu Carlos Massignan, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer. (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.^o Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Trinta e quatro Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

Há "quorum" para deliberação.

A Presidência irá proceder a verificação de votação, atendendo pedido do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida a verificação de votação)
Aprovada a Ata.

A SRA. 1.^a SECRETÁRIA - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei n. 55/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 43/88, item 08 da Ordem do Dia, que objetiva alterar a redação do art. 1.^o da Lei n. 8.592, de 28.10.87, acrescentando-lhe novos parágrafos para redefinição da política de reajustes salariais dos funcionários públicos do Estado do Paraná. Com fundamento no disposto pelo art. 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 14.04.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei n. 43/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 36/88), item 20, da Ordem de Dia, que cria no Quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada, quatro (04) cargos de provimento em comissão de Assessor Judiciário, com a simbologia DAS-04, com fundamento no disposto pelo art. 100

do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 14.04.88.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados infra-assinados, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUEREM da Mesa Executiva as providências cabíveis ao encaminhamento de proposição ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no seguinte teor:

Considerando a aprovação, em duas Discussões do Projeto de Lei n. 55/88 e que, ao mesmo foi apresentada emenda substitutiva geral delegando ao Executivo a atribuição de, por decreto, proceder a majoração dos reajustes salariais do funcionalismo público estadual,

Considerando que a vigência da lei está prevista para 1º de abril de 1988, REQUEREM o imediato pagamento da URP referente ao mês de março, a que faz jus o funcionalismo público estadual, por ser de direito e de justiça.

Sala das Sessões, em 14.04.88.

(aa) RAFAEL GRECA, PEDRO TONELLI,
JOÃO ARRUDA, VALDERI MENDES VILELA e
ALGACI TÓLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e com base no artigo 156, III, REQUER, após ouvido o Plenário o encerramento da Discussão do Projeto de Lei n. 55/88.

Sala das Sessões, em 14.04.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, a dispensa da discussão e votação da Redação Final, para os projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão e, que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no § único do art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n. 116/86.

Sala das Sessões, em 14.04.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Estadual em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo

falecimento de José Mário Junqueira, ocorrido ontem, dia 13 de abril de 1988, na Cidade de Ribeirão Preto.

José Mário Junqueira, foi Vereador e Prefeito na Cidade de Bandeirantes, sendo considerado pela população, como um dos melhores administradores do município, pois teve sua vida voltada sempre aos interesses da comunidade bandeirantense, respeitado, sério e grande companheiro. Sua ausência será sentida por todos nós.

Do presente, REQUER se dê conhecimento a Senhora Francisca Terezinha Velludo Junqueira e demais familiares, residentes à Rua Nove de Julho n° 59, em Ribeirão Preto - SP.

REQUER, também, do presente se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal de Bandeirantes e à Câmara de Vereadores, onde o mesmo exerceu a função de Vereador.

Sala das Sessões, em 14.04.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de louvor ao Pastor Daniel Antunes Evangelista, pela eleição ao cargo de Secretário Executivo da Convenção da Igreja Batista Nacional, que abrange os Estados do Paraná e Santa Catarina, ocorrida no dia 02 de abril de 1988.

REQUER, outrossim, que se dê ciência ao mesmo, através do seguinte endereço:

Rua Marechal Deodoro, 945

Caixa Postal: 7737

80.021 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 14.04.88.

(a) JOSÉ FELINTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado expediente ao Dr. Franklin Vieira da Silva, Diretor-Proprietário do Jornal "O DIÁRIO" de Maringá, parabenizando-o pelo transcurso de mais uma data natalícia no dia 12 de abril.

Sala das Sessões, em 14.04.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Carlos Hauly, Secretário de Estado das Finanças, solicitando recursos

financeiros no valor pertinente, para a locação de um terminal telefônico a ser instalado na Agência de Rendas do Município de Cruzeiro do Sul, haja vista, que o aludido município conta com 480 (quatrocentos e oitenta) propriedades rurais, além de ser um órgão governamental que mantém intenso trabalho junto aos estabelecimentos.

Sala das Sessões, em 14.04.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que os órgãos responsáveis exerçam maior controle e fiscalização sobre a propaganda e uso indiscriminado de medicamentos.

1. Ministro da Saúde, Dr. Luis Carlos Borges da Silveira.

2. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares da Silva.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Existe uma preocupação muito grande por parte da sociedade brasileira com relação ao uso indiscriminado de medicamentos em nosso País. Muitos medicamentos deixam de cumprir as suas funções de caráter terapêutico, prevenindo e curando doenças, e passam a cumprir um papel totalmente inverso, tornando-se os responsáveis pela intoxicação de um número considerável de pessoas.

É necessário que haja um maior controle por parte das autoridades responsáveis, a fim de que sejam coibidos os abusos praticados por fabricantes de determinados medicamentos e farmacêuticos que induzem o consumidor através da propaganda "irrestrita", ao consumo indiscriminado de determinados produtos, muitas vezes ineficazes, supérfluos, perigosos à saúde e caracterizando lesão econômica do consumidor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Estadual em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado da Segurança Pública, Senhor Antônio Lopes de Noronha, com a finalidade de solicitar informações a respeito das providências tomadas em função dos fatos ocorridos, envolvendo o pessoal da Po-

lícia Civil, e tendo como vítima o Vereador Paulo Roberto Marzenta da Cidade de Cambará, cujos fatos ocorreram na Cidade de Santo Antônio da Platina por ocasião da realização da Feira Agropecuária Comercial e Industrial.

Sala das Sessões, em 14.04.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

A referida solicitação se faz em função de não ter o Vereador acima apontado, notícias de qualquer natureza a respeito de inquérito policial e conseqüente ação penal.

Do presente, REQUER se dê conhecimento aos Vereadores integrantes da Câmara Municipal de Cambará.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Estadual em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Fernandes Dias, ao Presidente da COPEL, Senhor Francisco Luiz Sibut Gomide, ao ilustre Governador do Estado de São Paulo, Senhor Orestes Quêrcia e ao Ministro das Minas e Energia, Senhor Aureliano Chaves, solicitando informações sobre a construção de nova Usina Hidrelétrica que se pretende construir no Rio Paranapanema, naquele Estado, vizinha dos Municípios de Bandeirantes, Santa Mariana e Itambaracá, neste Estado, assim como as áreas atingidas e quais os critérios para a indenização dos proprietários rurais. Sabe-se, oficiosamente, que as águas atingirão vasta área de terras daqueles municípios, cuja fertilidade é considerada como a melhor do mundo.

Caso isso realmente aconteça, haverá sensível prejuízo para a produção agrícola regional, com reflexo direto nos erários municipais, e o que é mais grave, a dilapidação do patrimônio dos agricultores, com o pagamento sempre aquém dos valores reais da terra, como comumente acontece.

Por outro lado, há que se destacar que as referidas especulações vêm desde já, causando sérios prejuízos aos proprietários das áreas que poderão ser atingidas, pois os mesmos (que em sua maioria são pequenos e médios agricultores) não podem programar investimentos em suas propriedades, e uma resposta conclusiva deixaria a situação finalmente esclarecida.

Do presente, REQUER, se dê conhecimento ao ilustre Edil Ivan Demétrio e demais Vereadores integrantes da Câmara Municipal

de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 14.04.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoio: Basílio Zanusso, Antônio Costenaro Neto e João Arruda.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja inserido nos Anais da Casa, o pronunciamento do Presidente da Associação Comercial e Industrial do Município de Foz do Iguaçu, Senhor Jorge Peregrine Saways.

Sala das Sessões, em 14.04.88.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido prende-se ao fato de que o referido pronunciamento é de significativo valor econômico e político.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 85/88

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Benemerita do Paraná, à Doutora Rosy de Macedo Pinheiro Lima.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Rosy de Macedo Pinheiro Lima, foi a primeira mulher a candidatar-se a uma cadeira no Legislativo Paranaense.

De tradicional família paranaense, estudou em Viena, Tirol, Inglaterra e França. Mas as suas raízes estavam e sempre estiveram plantadas no Paraná, precisamente, em Curitiba. E, assim, ao voltar, matriculou-se no antigo Ginásio Paranaense e, posteriormente, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Concluiu o curso de Doutorado no Rio de Janeiro, onde defendeu tese na Universidade do Brasil, sendo a primeira brasileira a obter o título de "Doutor em Direito".

Retornando a Curitiba, fundou o Centro Paranaense Feminino de Cultura, contando para isto, com a colaboração de Ilnah Secundino e Delohé Scalco.

Estudiosa dos problemas jurídicos, obteve uma bolsa de estudos na Inglaterra onde, durante um ano, aperfeiçoou seus conhecimentos na Universidade de Cambridge.

De volta ao Paraná, estava em vias de defender tese para a Cátedra de Universidade, mas deixando de lado este projeto, com muito entusiasmo integrou-se à política, e candidatou-se a uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Vitoriosa, foi a primeira mulher a tomar assento no Legislativo Paranaense.

Advogada, radialista, jornalista, prosadora, poetisa, a Doutora Rosy de Macedo Pinheiro Lima destacou-se, igualmente, no campo social e, como Vice-Presidente da FAMA - Fundação de Assistência ao Menor Aprendiz, prestou relevantes serviços.

Atualmente, é Assessora Jurídica da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, Coordenadoria Paraná, da qual é sócia efetiva.

Sentimo-nos honrados por saber que a Doutora Rosy de Macedo Pinheiro Lima - ou simplesmente "ROSY", como gosta de ser chamada, é nossa conterrânea. Pedimos aos nobres Pares, que aprovem o presente Projeto de Lei e, assim podermos homenagear a primeira mulher que teve assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N. 86/88

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominada "Rodovia Mário Riciardi" a PR-457, trecho que liga o Município de São Pedro do Ivaí ao Distrito de Marisa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Mário Riciardi é figura de destaque no desbravamento do Vale do Ivaí. Pioneiro na região, fundador do Município de São Pedro do Ivaí, seu nome está definitivamente ligado ao processo de colonização do Norte de nosso Estado.

Não fosse só isto, Mário Riciardi sempre foi muito respeitado, conquistando estima e admiração pela sua seriedade, devotamento ao trabalho e, sobretudo, seu profundo sentido humanista que marca a sua contribuição à comunidade de São Pedro do Ivaí.

A medida que estamos propondo, é o justo reconhecimento a quem sempre soube estar na linha de frente da luta pelo progresso e pelo desenvolvimento econômico e social de uma importante região do nosso Paraná.

Certos do significado de nossa proposta, confiamos contar com indispensável apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 87/88

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica doado ao Município de Nova Esperança, o prédio em alvenaria constituído pelos lotes ns 7, 8, 9 e 10 da

quadra 1-9, com área total de 13.170 m², no Município de Nova Esperança, conforme escritura de comodato entre a FUNDEPAR e a Prefeitura, transcrito no 3º Tabelião de Notas, livro 457-E, folha 06, na Capital do Estado.

Art. 2º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O prédio em alvenaria construído nos lotes acima transcritos, foi cedido pelo Estado do Paraná, conforme escritura pública de comodato (anexo), que faz a Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR - e o Município de Nova Esperança.

O prédio em questão, está necessitando de reparos urgentíssimos, haja vista, abrigar aproximadamente 300 crianças na faixa etária de três a seis anos, em dois períodos: matutino e vespertino, por tratar-se de uma escola pré-primária. As deficiências encontradas no prédio, mais precisamente em sua cobertura, provoca imensas goteiras, danificando, cada vez mais, telhas e tacos dificultando sobremaneira as aulas em dias chuvosos.

A Prefeitura Municipal de Nova Esperança, após este projeto tornar-se Lei, iniciará de imediato as reformas que se fazem necessárias, dando assim um pouco de conforto e segurança às crianças e professores que usufruem do prédio.

Pelos motivos expostos, não sem antes de uma consulta prévia em audiência com o Governador Álvaro Dias, na qual obtivemos sua anuência, é que solicitamos o apoio desta Colenda Casa de Leis.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Amélia Hruschka) - Lê o expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio, no Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados eu volto a bater na mesma tecla para fazer um esclarecimento a respeito de requerimento meu, pela segunda vez colocado nesta Mesa para apreciação do Plenário, da primeira vez votado e rejeitado e da segunda vez, ontem, transferida sua discussão para hoje. Quero alertar que este requerimento não é de autoria, repito mais uma vez, do Deputado Algaci Túlio, é da Comissão de Educação desta Casa, que leva minha assinatura como seu representante integrante desta Comissão, tem a assinatura do Deputado Pedro Tonelli, de pais, alunos e professores, e que na sessão de ontem o Deputado Domingos Scarpellini

lini justificava a não aprovação do meu requerimento através da Bancada Majoritária porque eu queria aparecer, quer dizer, parece brincadeira nesta Casa. Eu acho que todo aquele que se propõe a fazer um trabalho, trabalho este voltado à comunidade, não tem nada a ver com aparecer, é uma questão de oportunidade. Então quero esclarecer ao Deputado Domingos Scarpellini, que pelo menos tive a condição de trazer para esta Casa, na tentativa de valorizar esta Comissão, com a permissão da presidente da mesma, Senhora Deputada Amélia Hruschka, para fazermos um debate a respeito do preço extorsivo, abusivo das mensalidades escolares.

E vou reler este documento, se der tempo, nestes 5 minutos. (Lê):

"MANIFESTO DOS PAIS E ALUNOS DAS ESCOLAS PRIVADAS DE CURITIBA

Nós pais e alunos integrantes do Movimento de Pais e Alunos das Escolas do Paraná, em assembléia geral realizada na Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 17 de março de 1988, por convocação da comissão de Educação do Poder Legislativo, e com a presença de várias entidades, como a União Metropolitana dos Estudantes de 1º e 2º graus de Curitiba, Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor, União Paranaense de Estudantes de 1º e 2º graus, União Paranaense de Estudantes, a Senhora Professora Maria Dativa, Presidente do Conselho Estadual de Educação, Dra. Dirceinha Batista, da SUNAB, representando o Delegado Adilson Amaro Alves, que se encontra em Brasília, exatamente discutindo o assunto também motivo desta Assembléia; o Deputado Algaci Túlio, representando a Comissão de Educação do Poder Legislativo, o Deputado Pedro Tonelli, o Vereador Horácio Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, ouvimos as explicações sobre o aumento das mensalidades escolares, com exposição do Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de 1º e 2º graus do Paraná, José Manoel Macedo Caron Jr.

Após ouvirmos os depoimentos das entidades presentes, os depoimentos de pais que se encontram na iminência de perder a condição de manutenção de seus filhos em escolas particulares, e os testemunhos inclusive de professores, foi permitido o questionamento do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, que alegou as dificuldades óbvias referentes à situação econômica nacional, informou que a escola pública custa 5 vezes mais que a escola particular, que o ensino particular é muito melhor que na escola pública entre outros argumentos, como folha de pagamentos, etc.

Os pais presentes demonstraram, com

estatísticas do DIEESE, que de janeiro de 1986 a janeiro de 1988 a escola privada aumentou mensalidades em até 1.109%, enquanto no mesmo período a OTN subiu 645% e o salário mínimo 410%. Em janeiro de 1986, um trabalhador que ganhasse 10 salários referência, gastava 7% de seus salários para manter 1 filho na escola particular, 14% para manter 2 filhos e 21% para manter 3. Em janeiro de 1988, gasta 19% para manter um filho; 38% para manter 2 e 56% para manter 3.

Depois de acalorados debates não foi possível nenhum entendimento com os representantes do Sindicato, que no entanto, colocou-se à disposição dos pais, em sua sede.

Em vista da situação aflitiva gerada pelo aumento das mensalidades escolares, e pela total impossibilidade de um acordo negociado com o Sindicato, o Plenário propôs e aprovou o que se segue:

01. Exigimos que o Governo Federal revogue imediatamente o esdrúxulo Decreto 95.720/88, por ser, além de inconstitucional, também moralmente incompatível com a realidade social brasileira. Não podemos, nós pais, com nossos ganhos tabelados pela URP, sustentar o esquema econômico e mercantilista das escolas, com correções abusivas e desleais.

02. Exigimos que além de revogar o decreto, o Governo Federal volte a impor mecanismos de controle de abusos no aumento das mensalidades escolares, e desde já exigimos que os atuais valores cobrados abusivamente, sejam imediatamente anulados, e uma nova tabela seja calculada com base na última mensalidade do ano passado sobre a qual se aplicará uma correção padrão e justa, de conformidade com os aumentos salariais dos trabalhadores.

03. Fixamos um prazo até o dia 15 de abril, portanto para que o Governo Federal e as escolas se decidam pela diminuição das atuais mensalidades. Caso, até aquela data, não sejam tomadas medidas efetivas, nós pais, em união com as entidades estudantis e demais órgãos de classe que se sentem injustiçados, passaremos a organizar o boicote no pagamento das mensalidades e a exigir que o governo encampe, como é de sua obrigação o ensino gratuito em todos os níveis, com vagas para todos.

04. Desde já, exigimos a participação dos pais e estudantes em condições de igualdade, e não como voto vencido, nas entidades que irão fiscalizar os valores das mensalidades escolares e qualidade do ensino. Nós temos o direito de manifestar nossas razões em assunto de nosso interesse, e pelo qual somos obrigados a pagar.

05. Fica desde já, criada a Comissão de Pais, que nos representará junto aos órgãos de fiscalização, sendo os seguintes

nomes, que começaram o Movimento de Pais e alunos do Paraná: Joelcio Madureira, Altevair R. Andrade, Stela F. Formaggio, José Granvil Vello, Egor Webster, Olavo L. Leme Jr., Neusi da Silva Vlatoski, Carlos H. Wolff, Rubens S. Mazza, Maria da Graça O Brun.

06. Requeremos também que o MEC cesse imediatamente o envio de toda e qualquer verba a fundo perdido às escolas particulares.

07. Exigimos que os pais possam se fazer representar na reunião marcada para o dia 23 de março, em Brasília, onde o Ministério da Educação vai ouvir das escolas as explicações sobre se houve abuso na cobrança das mensalidades. Nós pais podemos comprovar os abusos e por isto, porque somos nós que pagaremos, devemos também participar deste encontro, bem como de todos os outros que ocorram ainda dos órgãos que vierem a controlar as mensalidades escolares, onde ter livre acesso às planilhas de custos das escolas.

Finalmente, decidimos que se dê ciência das presentes reivindicações a todas as autoridades da área educacional, aos políticos e aos pais e alunos, bem como à imprensa.

Curitiba, 17 de março de 1988.

ASSEMBLÉIA GERAL DOS PAIS E ALUNOS DAS ESCOLAS DO PARANÁ

E isto aí está comprovado pela imprensa nacional, tanto que ontem ainda ocorreram várias passeatas no Brasil inteiro a respeito deste assunto.

Por isso, Senhor Presidente, é que estou...(tempo esgotado).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

No dia de ontem, apresentamos aqui a preocupação manifestada pela comunidade universitária paranaense, resultante de discussão e conclusões tomadas no Encontro de Paranaguá, onde faculdades e universidades, discutiram os próprios problemas.

Trago a esta tribuna, neste dia, preocupação da comunidade da Universidade de Maringá que compõe, nada mais nada menos que, em torno de 11 mil trabalhadores paranaenses que fazem parte, que contribuem com a sociedade como um todo, e que manifestou a apreensão, expectativas das decisões que certamente serão tomadas na semana que vem, que dizem respeito ao destino do futuro das universidades no Paraná.

Diz a comunidade universitária de Maringá: "Nós, docentes, funcionários, estu-

dantes da Universidade Estadual de Maringá, vimos, através desta, manifestar nosso mais veemente repúdio à atitude de ataque à autonomia das universidades estaduais paranaenses, representado pelo projeto de lei em tramitação na Assembleia Legislativa, que transfere ao Executivo o controle financeiro e administrativo das instituições. Entendemos que não é possível compartilhar com esta perspectiva reacionária que permite a subordinação da Universidade a interesses políticos estranhos aos que fundam as atividades universitárias.

Não é possível a convivência da democracia, competência, independência universitária com a subordinação de tais interesses.

Manifestamos ainda a nossa disposição da luta já demonstrada quando dos ataques anteriores desferidos por esse Governo à nossa comunidade, através do Decreto n.º 248/87, por uma universidade pública gratuita, autônoma, democrática e competente.

Assina a Assembleia Universitária reunida no dia de ontem 13 de abril de 1988, em Maringá.

Creio eu, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que haverá compreensão da aspiração da comunidade universitária e paranaense, quando da discussão do Secretário Especial de Ciência e Tecnologia, Senhor Ascêncio Garcia Lopes, quando se reunirá com a bancada oficial e também, creio eu, que esta mesma compreensão estará contemplada, quando nesta Casa for discutida e votada a mensagem palaciana, que trata da autonomia e da liberdade das universidades.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o nobre representante do Norte Velho, Deputado José Afonso Júnior.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, Senhora 1.ª Secretária, Deputada Amélia Hruschka, Senhor 2.º Secretário, Deputado Pirajá Ferreira, Senhor Líder do Governo, Deputado Nestor Baptista, Senhor Líder da Bancada, Deputado Artagão Mattos Leão, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

"Hoje, venho, com muita tranquilidade a esta tribuna, manifestar meu tributo pessoal a um homem público, de rara inteligência e alto senso administrativo, o ilustre Secretário de Estado, Dr. Antônio Lopes de Noronha.

Faço-o, sem quaisquer intenções bajuladoras, mas, principalmente, para que fique registrado nos Anais desta Augusta Casa de Leis, o reconhecimento pelo trabalho eficiente, sério e produtivo que Sua Exce-

lência vem imprimindo e desenvolvendo naquela pasta de Segurança Pública.

Rodeado por uma plêiade de homens bem intencionados, também, de inegável capacidade, o Secretário de Segurança Pública, se revelou, durante esse lapso temporal de 01 ano e 4 meses, aproximadamente, um homem combativo, corajoso e profundamente preocupado com a segurança e tranquilidade do povo paranaense. Com o crescimento asobombado da marginalidade e conseqüente aumento do índice de criminalidade que domina o País, o Secretário procura emvidar todo o esforço e empenho para oferecer melhores condições materiais e humanas para que as polícias militares e civil possam, efetivamente, realizar e alcançar resultados positivos ao combate à delinquência, à criminalidade e à marginalização que vem se operando em nosso Estado, colocando a risco a segurança e tranquilidade de nossa sociedade.

Enfatizo, todavia, e não poderia deixar, sob pena de omissão, em reconhecer o valor inestimável dos demais Secretários de Estado que formam a equipe do brilhante Governador Álvaro Dias. Todos, evidentemente, com o mesmo desprendimento e dedicação, se unem e se somam para que o Governo possa cumprir seu programa de trabalho e realizações para o desenvolvimento do Estado, de acordo com os princípios de austeridade, seriedade e transparência que caracterizam a filosofia de trabalho implantada pelo Governador Álvaro Dias.

Mas, é preciso reverenciar aqueles que se dedicam de corpo e alma. O Secretário, Dr. Antônio Lopes de Noronha, é o exemplo ímpar do homem público voltado ao trabalho sério e eficiente.

Para que se possa ter uma dimensão sucinta do trabalho desenvolvido na sua Secretaria, elaborando projetos, realizando obras, equipando e reequipando as polícias militar e civil, criando cursos de aperfeiçoamento e melhoria do material humano em suas respectivas funções, faremos um breve relato para ficar registrado na memória dos ilustres Deputados desta Assembleia.

Na área da polícia civil, iniciou e concluiu obras na Subdivisão de Paranavaí; concluiu as delegacias de Cafelândia, Renascença, Altamira do Paraná, Lupionópolis, São Jorge do Patrocínio, Centenário do Sul, Santa Terezinha do Itaipu e tantas outras que se encontram em fase de andamento.

Ainda, em sua caminhada de realizações, determinou a execução de reparos em quase todas as delegacias espalhadas pelo Paraná, repassando, inclusive, recursos para a conclusão da Subdivisão de Apucarana, Assaí e alojamento da Escola de Polícia.

Por outro lado, para equipar a Polícia Civil, foram adquiridas, através do FUNRÉSPOL, 82 viaturas que, somadas as 85 recebidas do Ministério da Justiça, já foram distribuídos entre as delegacias do Paraná. Seu trabalho não pára aí. Estão sendo adquiridas, ainda, mais 152 viaturas, mediante financiamento através do FAS.

Atendendo às necessidades da Polícia Militar do Estado, o Secretário inaugurou o Quartel de Pato Branco, assinando, por outro lado, convênios para a construção de Quartéis em Rolândia, Francisco Beltrão e para a ampliação da Delegacia de Maringá, bem como, para a conclusão do destacamento do Corpo de Bombeiros da Cidade de Guapuva. Determinou que se realizassem reparos no quartel de Ponta Grossa.

Na Academia Militar do Guatupê, orgulho da corporação, foi feito o asfaltamento de suas ruas internas.

Sua caminhada de obras e realizações prossegue.

Para o Departamento do Trânsito (DETRAN), o Secretário entregou as CIRETRANS de Marechal Cândido Rondon, Altônia, Dois Vizinhos, Sertãozinho, Ibaiti, Cambaú e outras cidades interioranas, totalmente concluídas.

As CIRETRANS de Ponta Grossa e Jacareizinho mereceram, sua atenção, onde foram feitas as necessárias ampliações físicas para um melhor funcionamento e atendimento aos usuários.

A Polícia Militar do Estado, para que pudesse proporcionar um atendimento mais efetivo e seguro à população, foi equipada com viaturas. Para tanto, foram adquiridas 22 viaturas, das quais, 16 foram entregues para o Corpo de Bombeiros. Foram adquiridas, ainda 17 motocicletas com recursos do FUNRESTRAN e do tesouro. Por sua vez, sempre preocupado em dar ênfase ao aumento de equipamento, através de sua intermediação, obteve mais 85 viaturas do Ministério da Justiça e estão sendo adquiridas, ainda, mais 124 viaturas, sendo 8 para o Corpo de Bombeiros, inclusive, mais 17 motocicletas mediante financiamento do FAS.

É de se lembrar que o Município de Araucária, por sua vez, foi agraciado com um Auto-Bomba-Tanque, através de comodato com a PETROBRÁS.

O Secretário, todavia, não se preocupou unicamente com o aparato policial, mas, o que é importante, com o aumento do efetivo militar e civil e o seu conseqüente aprimoramento no desempenho de suas respectivas funções.

Eis que, dessa forma, foram incluídos, no efetivo da Polícia Militar, mais 1.541 novos soldados. Na polícia civil, foram nomeados 93 escrivães, 100 agentes e 26 identificadores e datiloscopistas. Foram

promovidos 350 agentes para detetives e 2 peritos policiais para peritos criminais.

Preocupado com a eficiência e aperfeiçoamento dos policiais civis e militares, o Secretário instituiu a realização de cursos para formação de oficiais, formação de sargentos, cabos e soldados, abrangendo um contingente de 2.661 homens.

Na polícia civil, o mesmo fenômeno se repete, com a criação de cursos de aprimoramento para escrivães, agentes de segurança, abrangendo um total de 1.688 homens.

Entre tantas realizações, não poderíamos deixar de mencionar os projetos encaminhados ao Ministério da Justiça, visando a captação de recursos para atendimento e incremento de Ações Policiais no Oeste do Paraná, implantação de Módulos Móveis em cidades polos e outros setores.

Foram adquiridos revólveres, aparelhos de telex, rádios VHF, coletes à prova de bala, conjuntos de sinalização acústico-visual para as viaturas policiais e mais 100 bloqueadores de chamadas interurbanas.

Entre os projetos apresentados, há que se destacar o Projeto Cidadania, que prevê a expedição gratuita, até 31 de dezembro de 1988, de mais de um milhão de Carteiras de Identidade. Foram organizadas, por outro lado, uma série de operações integradas com a polícia militar, civil, federal, receita federal e estadual, IBDF e DNER, com a finalidade de dar total segurança aos motoristas nas estradas, procurando combater o contrabando e furto de carros, além das operações praças. Foi dado efetivo combate ao tráfico de entorpecentes e furto de veículos.

Este, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é o quadro sucinto das grandes realizações promovidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, sob a direção e comando do eficiente Secretário, Dr. Antônio Lopes de Noronha e sua notável equipe de trabalho.

É por essa razão que quero deixar registrado, neste momento, meu testemunho de que, com coragem, boa vontade, seriedade e honestidade de propósitos, se pode realizar obras e administrar em favor diretamente de toda sociedade e povo paranaense. O homem público se caracteriza, sobretudo, pela sua coragem, pela sua intenção sincera e franca, pelo desprendimento e firme propósito em realizar o bem comum. O Secretário Antônio Lopes de Noronha é um exemplo de eficiência, denodo e capacidade administrativa.

É preciso que reverenciemos os homens que trabalham, que se preocupam com o Paraná e com sua gente".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a pa-

laure o Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Trago às providências parlamentares que incumbem a este Poder Legislativo, junto ao Governo do Estado, a denúncia do Cartel do Cimento.

Em que pese a Constituição da República proibir a atividade empresarial de "domínio dos mercados" e o "abuso do poder econômico", no art. 160, inciso V, temos no Estado do Paraná, agindo com a mais franca liberdade de Cartel do Cimento que, além de eliminar a concorrência, por preço único e universal, no que são as empresas do setor amparadas pelo sistema econômico imperante, ainda mantém uma derivação empresarial do transporte do cimento comercializado.

O melhor exemplo, são os fatos que vêm ocorrendo com as Prefeituras Municipais, clientes da compra de grandes volumes de cimento que, em decorrência dessas regras, deixam os seus veículos de transporte ociosos nesta área, ou perdem fretes mais baratos, porque as companhias denunciadas só vendem o produto condicionado à entrega por suas frotas.

Com este domínio de mercado, a saca de cimento, que hoje custa Cz\$ 303,80, é acrescida de mais Cz\$ 158,20 de "frete", quando as prefeituras municipais podem transportar o cimento de que precisam por custos menores.

Somos do entendimento que a ocorrência tem natureza relevante, por infringir mandamento Constitucional que enseja aplicações das sanções correspondentes previstas na lei ordinária.

Uma das medidas a cargo de qualquer cidadão do povo, é a ação popular contra os Prefeitos e as Companhias de Cimento que operam entre si, sobre o erário público, esse Cartel.

Entretanto, dessa tribuna, atendendo os reclamos que já nos foram dirigidos pelos Prefeitos Municipais do Sudoeste do Estado, formulamos esta denúncia.

Por fim, entendo que este Poder Legislativo, através das suas lideranças de Bancada e do Governo, deve encaminhar esta denúncia ao Chefe do Poder Executivo Estadual, para que, através da Procuradoria Geral do Estado, sejam tomadas as providências cabíveis que a situação requer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao próximo orador Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presi-

dente, Senhores Deputados.

Como Presidente da Comissão de Reforma Agrária, Colonização e Terras da Assembléia Legislativa, temos procurado atender os anseios daqueles que, aflitos pela falta da terra, ou por estarem ameaçados de deixar a terra, têm nos procurado.

Nós sabemos das dificuldades por que passa a grande maioria da população brasileira, dificuldades essas que vieram se avolumando ao longo dos 20 anos de ditadura militar neste País, dificuldades que se avolumaram em função da política desastrosa do Governo da ditadura militar, que protegia os grandes cartéis e os grandes grupos econômicos em detrimento dos interesses do povo brasileiro.

Nós olhamos, das águas do Atlântico ao Rio Paraná, os dois pontos extremos do nosso Estado: são problemas por todo este vasto território; são sem-terras desalojados, sem teto, sem escolas, gente que na maioria das vezes vive também um período de sem-esperanças.

Este período de sem-esperanças é que é o mais grave de todos: é quando o homem perde a esperança.

E aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós temos recebido mães com filhos seqüestrados e vendidos a outros países, nós temos recebido injustiçados da terra, e sempre que nos chegam os problemas, temos procurado levar uma palavra de otimismo e de esperança àqueles que nos procuram.

Hoje, nos procuraram homens, mulheres e crianças que vivem e trabalham a terra no nosso Litoral. São famílias que vivem à margem do Rio Sagrado e do Rio Carambiú no vizinho Município de Morretes, eles estão sendo ameaçados pela família Franco Ferreira da Costa que se diz proprietária de uma vasta área de terras naquela região.

Estes posseiros que hoje engrandecem esta sessão com suas presenças têm origem desde a época do império, origem com a terra paranaense desde o tempo em que por aqui andava D. Pedro e a Caravana Imperial em 1854, quando foi dado domínio para que eles pudessem através dos seus antepassados, ocupar um pedaço de terras e ali no trabalho com a terra e na moradia habitual criar e educar as suas proles.

E, no entanto, estão inseguros, o ITCF muitas vezes preocupado com o palmito, com os manguezais ou com outras formas de vida esquece da vida humana ameaçada e esquecida no Litoral. E por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu solicito da Assembléia que envie um expediente relatando esses fatos ao Secretário de Estado da Segurança Pública, para que os policiais da nossa honrosa polícia protejam estas famílias contra os agressores e para que o ITCF faça uma ação discriminatória

ou promova, através da FETAEP, uma ação coletiva de usucapião para proteger estas famílias que, pelo usucapião especial, têm direito àquela terra, pois vivem lá há mais de cinco anos e fazem da terra e da moradia o seu meio de vida.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos aqui neste momento pedindo proteção a mais de 100 famílias que vivem no Rio Sagrado, que não podem continuar a sofrer ameaças senão ele deixará de ser sagrado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Na sessão de ontem, a questão das tarifas de água e esgoto cobradas pela SANEPAR foi amplamente debatida. Percebemos, porém, que o assunto não foi tratado com a serenidade que merece, por se tratar de um serviço público essencial para a saúde de milhões de paranaenses, sobre o qual os debatedores deveriam estar bem informados.

A água, segundo afirmação do Deputado Erondy Silvério e com a qual concordamos, é uma dívida da natureza e assim não nos custa nada, tal qual a encontramos nos rios, lagos, poços.

Entretanto, da forma como a encontramos nos rios, lagos e poços, é imprópria para consumo humano, pois contém uma série de bactérias e microorganismos causadores de doenças muito conhecidas como a diarreia, esquistossomose, tifo e uma variedade infundável de outros males de caráter endêmico.

Para que esteja isenta desses riscos de se contrair doenças, é necessários que a água passe por um processo de tratamento, de forma a dar-lhe os padrões de potabilidade essenciais ao consumo humano.

Esse processo de tratamento envolve a adição de alguns produtos químicos, em dosagens específicas, segundo a qualidade do manancial, e um longo processo de floculação, decantação, filtração, até que apresente as condições ideais.

Mas tudo isso não se faz à beira do rio. É necessário captar essa água do rio, levá-la a uma estação de tratamento, distribuí-la a reservatórios de armazenagem para distribuição aos diversos setores de cada cidade, através de rede de distribuição.

Essa simples descrição passou por vultosos investimentos em cada uma dessas etapas: unidade de captação, adutora de água bruta, estação de tratamento, adutora de água tratada, reservatórios e rede de distribuição. Isto bem sabe meu companheiro Deputado Erondy Silvério que tem sido

um sério combatente nesta Casa, levantando as questões realmente sérias, sem demagogia, sem se beneficiar ou se promover.

Para se construir esse sistema, de elevada complexidade, são necessários recursos de elevada monta, os quais são tomados através de financiamentos obtidos junto a órgãos dos Governos Federal e Estadual. Tais recursos implicam em pagamento de juros e amortizações, constituindo o que se convencionou chamar de "Serviço da Dívida".

A água, portanto, inicialmente gratuita, tem seu custo zero inicial acrescido desse componente "Serviço da Dívida" de grande impacto na composição de seu custo final.

As construções, tubulações e a multiplicidade de equipamentos utilizados no processo, sofrem natural desgaste e necessitam, alguns mais cedo outros mais tarde, ser repostos, de tal forma que, além do investimento em novos sistemas ou expansão dos já existentes, há que se constituir um fundo para reposição desses materiais e equipamentos, que vem a ser o que se denomina "depreciações". Isto muito bem sabe o Deputado Erondy Silvério porque passa ele por este processo aqui com suas empresas em Curitiba. Este é o segundo componente de custo do produto final.

O terceiro componente constitui-se da soma dos custos operacionais, comerciais e administrativos. Isto compreende os empregados, os materiais, tais como produtos químicos e outros, energia elétrica, combustíveis, aluguéis e outros menos significativos.

O número de empregados da SANEPAR, alvo de questionamentos e insinuações sobre empreguismo, passou de 4331 em dezembro de 1986, para 4304 em dezembro de 1987, ou seja diminuiu, embora o atendimento tenha se expandido em 65 mil novas ligações de água e esgoto, significando mais de 300 mil pessoas incorporadas ao atendimento no mesmo período.

O indicador ligações/empregado passou de 99 em 1975 para 292 em dezembro de 1987. Isto significa que, em média cada empregado da SANEPAR, que atendia 99 ligações em 1975, atualmente atende a quase 300. Este índice é superior ao das empresas americanas (inclusive privadas), a despeito do elevado índice de automação verificado nas Companhias daquele País. Em termos de Brasil é primeiríssimo lugar, com grande distância para a segunda colocada.

Estão postos, assim, os 3 componentes de custo que determinam a tarifa: Serviço da dívida, depreciações e despesa de funcionamento.

Deve-se salientar que esses custos se elevam pelos efeitos inflacionários e pela

expansão da Empresa. No que se refere a pessoal, os salários foram elevados estritamente dentro das normas legais que regulam a matéria e nenhum salário foi alterado além disso.

As tarifas se elevam de maneira a acompanhar os efeitos inflacionários, muito embora, historicamente o custo tenha sido superior às receitas, tendo atingido, no final de 1986 um nível preocupante, fruto do congelamento das tarifas com concomitante elevação dos custos em mais de 70% no ano de 1986. A deterioração do valor das tarifas chegou a tal ponto que o Governo Federal e os Governos Estaduais, preocupados com os déficits de todas as Companhias de Saneamento do Brasil, articularam um plano de recuperação econômico-financeira das Companhias, para que estas pudessem prosseguir na expansão e manutenção dos níveis de serviço já atingidos.

Assim, desde janeiro de 1986 até março de 1988, as tarifas se elevaram 1.171%, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, levantado pelo IBGE atingiu uma variação de 1.178%. No mesmo período o Índice Geral de Preços, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas variou em 1.310%. É importante salientar que a tarifa mínima, que é paga por 55% dos usuários foi elevada em percentual menos que a média, ficou em 988% em 27 meses.

Quanto à expansão dos serviços, sob a alegação de que nada foi feito, apenas no período de março a dezembro de 1987, foram implantados 1.011.796 metros de rede de água e esgoto, o maior programa da SANEPAR.

Com relação à tarifa de esgoto, sua cobrança em função do consumo de água é prática corrente em todas as companhias estaduais de saneamento, em obediência à legislação em vigor. Quase a totalidade dessas empresas, Senhores Deputados, cobra o serviço de esgoto à base de 100% sobre o valor da água. É incorreta a afirmação do nobre Deputado Valderi Mendes Vilela, de que em São Paulo a tarifa é de 20%. Não sabemos se o colega estava se referindo à Capital. Se assim foi, tenho a informar que na Região Metropolitana de São Paulo a tarifa é, igualmente, de 100% sobre o preço cobrado da água.

Como entretanto, o assunto em foco é a política tarifária da SANEPAR, vamos nos concentrar nesta matéria.

Para fazer frente aos custos já mencionados incorridos na SANEPAR para a prestação de serviços, a empresa dispõe somente de sua receita operacional, originada na cobrança das tarifas de água e esgoto. O tratamento global dado a estes custos e receitas pela SANEPAR é que permite à empresa dispor de meios para assegurar o atendimento às populações de baixo

poder aquisitivo.

Os sistemas de esgotos, em sua maior parte, atendem às regiões centrais das cidades, mais densamente povoadas, geralmente habitadas pela parcela de maior nível de renda da população.

As populações das periferias das cidades, com menor poder aquisitivo, contam em sua maioria apenas com serviço de abastecimento de água, primeira necessidade a ser satisfeita em termos de preservação da saúde pública.

Os usuários da SANEPAR classificados como de baixo poder aquisitivo, cujo consumo de água não ultrapassa o mínimo exigido para satisfação de suas necessidades primárias, constituem 55% do serviço de atendimento da empresa. Essa camada da sociedade paranaense, menos privilegiada economicamente, tem seu consumo de água subsidiado pelos usuários dos sistemas de esgotos sanitários, em um processo de transferência de renda que bem caracteriza o aspecto social da prestação dos serviços pela SANEPAR, em inviabilizar em termos econômico-financeiros o funcionamento da Empresa.

Cabe ainda destacar o investimento requerido para implantação de sistemas de água e esgotos. Um sistema completo de abastecimento de água custa, para sua implantação, cerca de 4 OTN's por metro de rede. Já um sistema de esgotos exige de 7 a 8 OTN's por metro de rede implantada.

De resto, vale ressaltar que a grande maioria dos estados brasileiros adota o sistema de cobrança de esgotos à base de 100% da tarifa de água. Entre esses estados destacamos Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo (Região Metropolitana; no interior é 80%) e Mato Grosso do Sul, apenas para ficarmos nos Estados mais próximos da nossa realidade sócio-econômica. Inúmeros outros estados do Nordeste também a aplicam".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente há mais 2 oradores inscritos, que transferem a sua inscrição para a próxima sessão.

Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu Horário. Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.
(Lê):

"Quando a ação dos homens públicos perde a sintonia com os anseios populares, está aberto o caminho para a insatisfação generalizada e para as conturbações sociais. Há muito tempo que o Governo e os partidos que lhe dão sustentação estão agindo à revelia das aspirações e esperanças populares. Na Constituinte por mais de uma vez esta contradição ficou visivelmente exposta. As decisões políticas tomadas pelo Governo para o enfrentamento do déficit público mais uma vez se chocam com a vontade popular. O congelamento ou mesmo a extinção da URP será o estopim para uma explosão social perigosa e imprevisível.

Isso é o que apontam os movimentos e protestos realizado pelos trabalhadores de todo o País no dia de ontem. Alguns dos principais veículos de comunicação do País fizeram questão de silenciar sobre tais acontecimentos. Na Capital Federal o movimento recebeu adesão dos trabalhadores no transporte coletivo, provocando uma paralisação maciça. Pelo menos 5 mil funcionários públicos participaram de um ato público em frente ao Ministério da Fazenda no primeiro protesto contra a extinção da URP. Em Recife, os professores, em greve há 45 dias, foram impedidos de chegar até o Palácio do Governo pelo batalhão de choque da polícia.

No Rio de Janeiro o dia nacional de protesto dos servidores públicos contra a extinção da URP contou com grande apoio. Nas principais capitais do País os bancários da Caixa Econômica Federal e do Banco Meridional realizaram uma paralisação de advertência de 2 horas. Para responder a essa manifestação generalizada de descontentamento, o que o Governo faz? Monta verdadeiras operações de guerra, deslocando grandes aparatos policiais para ameaçar os trabalhadores. Mais do que isso, o Governo da "Nova República" está reimplantando a lei do cão. Ontem mesmo o Governo demitiu o sociólogo Edson Nunes da presidência do IBGE, sob o argumento de que ele não estava sendo eficiente na demissão dos funcionários dos órgãos que se encontram em greve há uma semana.

Todas essas manifestações, contudo, são apenas um ensaio do que deverá ocorrer no dia 27 deste mês. Para esta data está sendo planejada e organizada uma greve conjunta de todos os funcionários das empresas estatais e dos servidores da administração direta. Os bancários já decidiram que irão realizar uma greve conjunta. Mas, as reações não deverão parar por aí. As centrais sindicais CUT e CGT já estão levantando a bandeira da realização de uma greve geral contra a política salarial do Governo.

Este quadro é suficiente para nos deixar muito preocupados. A aprovação do pro-

jeto do governador Álvaro Dias, acrescido de algumas emendas propostas pela bancada do PMDB, com o claro intuito de "lavar as mãos" diante do problema, revela até que ponto chega a irresponsabilidade daqueles que se voltam contra os interesses dos trabalhadores, que preocupados estão em manter estruturas viciadas que lhes garantam a perpetuação no poder.

Sempre que ocupamos esta tribuna para desmascarar as incoerências do Governo e da Bancada peemedebista - representantes de um partido que há muito tempo já deixou de encarnar as esperanças do povo brasileiro, somos atacados sob o argumento de que o PT não tem propostas concretas para solucionar os problemas. O fato é que nas 3 prefeituras ocupadas pelo PT, seja em Diadema (SP), Fortaleza (CE) ou a mais recente de Vila Velha (ES), em que se pesem todas as adversidades, como o cerco promovido pelo próprio Governo do PMDB nestes 3 Estados, o PT tem dado provas suficientes da sua proposta política e administrativa, contida e exercida pelos mandatários desse Partido.

Gostaríamos de nos referir à reportagem publicada pelo respeitado "Jornal do Brasil", na sua edição do dia 3 deste mês, sob o título: "Prefeito do PT pratica a socialização em Vila Velha". A matéria fala que o município é administrado através da "socialização do poder e democratização das decisões". O Município é dirigido por um conselho de administração, formado pelo prefeito e seus secretários. Mas, acima deles funciona o Conselho Comunitário, eleito pelos bairros, inclusive com a prerrogativa de definir o orçamento do Município.

O prefeito Magno Pires, que assumiu em janeiro deste ano, encontrou a Prefeitura com uma dívida de 136 milhões de cruzados. Mas, mais do que isso, o funcionalismo estava em greve, pois estava com o salário atrasado desde dezembro e não recebera o 13º. Só os gastos com pessoal, significavam 42 milhões, enquanto a receita do município era de apenas 37 milhões. O prefeito declara na entrevista que sucedeu com ele o mesmo que havia ocorrido com Maria Luíza, em Fortaleza: "jogaram pesado no início para desacreditar a administração petista, que mexe com os interesses da classe dominante".

Pois bem, reconhecendo o direito "lícito e certo" do funcionalismo fazer greve, o prefeito do PT passou a enfrentar a infinidade de problemas deixados pelas administrações anteriores, todas do PMDB. Inclusive o Governador do Estado, Mar Mauro, já fora prefeito de Vila Velha. Havia 4 mil 650 funcionários e na avaliação da nova administração, seriam necessários apenas 2 mil e 500. O que o prefeito pe-

tista fez? Havia 500 funcionários-fantasma, que só apareciam no banco para receber, 150 acumulando cargos ilegalmente, 128 a disposição do Governo do Estado e Federal, 940 garis promovidos a oficiais administrativos, sem condições de exercer o cargo e artífices que jamais haviam segurado uma colher de pedreiro. Todos foram reenquadrados, os fantasmas foram extintos e hoje está em fase de conclusão um censo que dará o quadro final do funcionalismo.

Com isso a prefeitura pode instituir o pagamento de produtividade aos fiscais, melhorando sensivelmente a arrecadação de impostos. A receita passou de 35 para 75 milhões. A dívida ativa que desde 1982 não era cobrada, passou a ser executada. O funcionalismo recebeu os salários em atraso e teve um aumento de 144% de janeiro para cá. A dívida de 136 milhões está reduzida em 6 milhões. Isso em menos de 4 meses de gestão petista.

Talvez este Senhor Presidente, Senhores Deputados seja um Governo do PMDB. O PT sabe onde estão as raízes dos problemas, que certamente não é o salário do funcionalismo, por isso que o PT sabe atacá-las".

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Liderança do PL. (Declina)

Havendo declinado, concedo a palavra à Liderança do PFL.

Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente.

Inicialmente, devo cumprimentar em nome da Bancada, o ilustre Deputado Artagão Mattos Leão, indicado para exercer a função difícil de Líder da maior Bancada desta Casa, conseqüentemente do PMDB.

Nós temos certeza que o seu senso de equilíbrio, de sensatez, de competência e de cultura, não faltará em momento algum, nas discussões e no encaminhamento das discussões nesta Casa.

É fato, que substituir o ilustre Deputado Caíto Quintana, não é fácil, mas pelas qualidades que conhecemos, repito, do ilustre Deputado Artagão Mattos Leão, o PMDB será conduzido com competência e com dignidade que desejamos e esperamos.

Traz-me a essa tribuna, Sr. Presidente, o discurso do Deputado Domingos Scarpellini, pronunciado ontem, durante encaminhamento, da Mensagem do Sr. Governador e da emenda substitutiva, que não altera, que, pela emenda, pura e simplesmente, re-

voga o artigo 1º da Lei nº 8592, do Estado, que em função dos Decretos nº 2335 e 2336, passou a regular o pagamento dos reajustes e das reposições salariais dos funcionários do Estado.

Após ter feito as colocações da minha Bancada, criticando a iniciativa do ilustre Sr. Governador, e a emenda substitutiva, do seu Partido, o Deputado Domingos Scarpellini, foi à tribuna, como não me era possível solicitar aparte, disse Sua Excelência que o Deputado Basílio Zanusso não tinha autoridade para criticar a mensagem, porquanto o Deputado Basílio Zanusso havia passado pela Primeira Secretaria desta Casa, e, tinha se distinguido como perseguidor de funcionários, e que toda a sua ação havia sido contra o funcionalismo da Assembléia.

Eu não podia deixar sem rápida resposta, com algumas colocações, porque muitos dos Srs. Parlamentares, que aqui estão, são da Legislatura 1978/1982. Mas muitos dos que aqui estão, naquela época, não eram Deputados. Mas os Srs. funcionários da Casa aqui estão, a grande maioria dos estáveis, os celetistas, não, havia muito pouco na ocasião.

Naquele biênio 1979/1980, eu fui eleito Primeiro Secretário da Casa, tendo como Presidente o Deputado Fabiano Braga Côrtes, e como Segundo Secretário, o ilustre Deputado, de saudosa memória, de União da Vitória, Domício Scaramella, que honrou esta Casa durante os longos anos que a ela serviu. Posteriormente, com seu falecimento, substituiu-o o Deputado Lineu Turra.

Lembro-me que uma das primeiras iniciativas e providências daquela Comissão Executiva, tendo este Deputado como Primeiro Secretário, foi a redução dos veículos da Casa, que eram poucos, a Primeira Secretaria recebia 5 veículos, encostou e vendeu posteriormente três, ficando com dois. A Presidência tinha quatro viaturas, ficou com 2, a Segunda Secretaria que tinha 2 viaturas ficou com apenas uma viatura, por vontade do Deputado Domício Scaramella.

Existia, em 1979/1980, cerca de 420, 430 funcionários estáveis, no quadro da Assembléia e menos de 100 funcionários contratados, celetistas, lembro-me que, 60 deles, em função de termos, no primeiro ano, parece-me que em 1979, feita a extinção de 60 cargos vagos e preenchidos com 60 celetistas, mas era por aí, 420, 430 do quadro, mais 100 celetistas.

Hoje ninguém sabe quantos funcionários a Casa tem! Em 1984, portanto, no Governo do PMDB, 1982/1983, preocupado este Deputado com o número de contratações nesta Casa, fez e o Plenário aprovou o requerimento, perguntando quantos funcionários haviam sido contratados em 1982/1983,

quanto a Casa dispendia, quanto se pagava. O Plenário aprovou e este Deputado não teve a resposta de seu requerimento.

Ainda me lembro que algumas coisas foram, como por exemplo, o GAT, Consultoria Técnica da Assembléia, tinha 18 cargos, reduzimos para 13, porque eram os cargos de maior vencimento. Também deixei de concordar com o preenchimento de 14 Coordenadorias criadas, as primeiras em 1980, 14 Coordenadorias com vencimentos de DAS, os maiores vencimentos da Assembléia. Não concordei, como membro da Executiva, e eu verifico que, passado pouco tempo, a Casa tem cerca de 150 funcionários com DAS!

Tentei, não foi possível, com aquela Executiva, reduzir o número de algumas Comissões Técnicas da Casa, conseqüentemente alguns cargos de Secretários daquelas comissões, porque eram, naquela oportunidade, o segundo maior vencimento da Casa, e nós temos aqui Comissões que se reúnem uma vez por ano, uma vez por mês, ou vez ou outra, mas não foi possível.

Procedeu-se também naqueles dois anos uma pequena e modesta reforma administrativa, com isso remunerando um pouco melhor os funcionários, na época.

Quero confessar que não foi feito muito para os funcionários da Casa, mas quero dizer ao Deputado Domingos Scarpellini, que se o seu partido ao assumir o Governo tivesse tomado o cuidado com o dinheiro do povo como este Deputado tomou, não estaria o Paraná e o Brasil agora arrecadando para pagar os funcionários. É uma vergonha nacional e uma vergonha para o nosso Estado, produtor da maior parte dos grãos do Estado, vem agora humilhado, com uma folha de pagamento em virtude do empreguismo implantado neste Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra a representação do PMDB.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEO - Declinamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra a representação do PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nos surpreende hoje a imprensa dando destaque da mídia eletrônica também implantada na Prefeitura Municipal de Curitiba, onde o Prefeito Roberto Requião de Melo e Silva diz que ele e as zonais do PMDB estão rompendo com o Presidente José Sarney.

Vale recordar que Roberto Requião está na Prefeitura já há quase 3 anos; José

Sarney está na Presidência quase o mesmo tempo e somente agora o Senhor Roberto Requião vem dizer que está rompendo com o Presidente José Sarney. Realmente muito estranha esta posição do Alcaide curitibano.

Isso me faz lembrar os filmes de televisão, o episódio do navio que está afundando e de repente os ratos saem lá dos porões e correm para cima para não se afogarem junto com o naufrágio. Esta é uma posição estranha do Senhor Prefeito Roberto Requião de Melo e Silva. É estranho mais ainda porque aí cria um choque dele com o Governador Álvaro Dias. O Governador defende o Presidente e o Prefeito de Curitiba rompe com o Presidente. Durma com um barulho desses.

O Sr. Rafael Greca- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do Orador). Só para felicitá-lo pela feliz imagem do navio que afunda e dos ratos que tentam deixar o porão.

Realmente as zonais do PMDB tentam evitar que se lhes pregue o cromo do Sarneyismo. Eu acho que o PMDB, à exceção do Governador Álvaro Dias, as pessoas, políticos lúcidos deste País não ficam procurando Sarney para se coçar. Em todo o caso é o que nós vemos, e é o que de uma certa forma nós até devemos elogiar no Prefeito de Curitiba, porque demonstra lucidez política.

Mas estaremos na campanha eleitoral mostrando à população que o Prefeito Roberto Requião foi também um dos arautos do Plano Cruzado, uma das chacretes daquele grande Cassino do Chacrinha, que foi à época da ilusão da população com o Plano Cruzado.

Foi "cruzadete".

O SR. ALGACI TÚLIO - Mais ainda, Deputado Rafael Greca, Sua Excelência esquece que aplicou para a Cidade de Curitiba, a maior taxa do pagamento do IPTU. Isto tudo evidentemente o povo curitibano não esquecerá tão fácil. Poderá até esquecer facilmente que Roberto Requião dava apoio a José Sarney que agora rompeu. Mas não esquecerá porque o bolso do curitibano pesa, esvazia a cada dia que passa, em consequência da OTN aplicada. Ele foi um dos poucos Prefeitos do Brasil que aplicou OTN na cobrança do IPTU.

Outro assunto que me traz à tribuna é que o Secretário Mário Pereira quando aqui foi convidado para a Comissão de Constituição e Justiça, falou que o Governador Álvaro Dias começava uma guerra, uma guerra de economia, uma economia de guerra, iriam cortar os gastos de toda a ordem até na comida dos presos. Só esqueceu o Secretário de dizer, por exemplo, como é que fará

o corte dos gastos, com a campanha promocional do Senhor Governador. Não apenas aqui no Paraná, mas em vários Estados, eu cito alguns: Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro e outros Estados por aí afora. Também não explicou o Senhor Secretário, como é que iria fazer economia com os gastos dos gabinetes dele mesmo, o Secretário Mário Pereira, que ainda tem gabinete aqui na Assembléia, o Secretário Rubens Bueno, que também tem gabinete aqui na Assembléia. Não explicou o Senhor Secretário, se fará economia também com as placas nas estradas desse Paraná afora, economia também com material de expediente, que agora tem duas impressões, tem a impressão da Secretaria a que pertence aquele material de expediente e agora leva também, uma outra impressão, que é o logotipo do Governador do Estado do Paraná.

O Sr. Rafael Greca- Ainda um aparte, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO... E que amanhã quando mudar o Governo, todo este material de expediente que sobrar, vai ter que ser rasgado, jogado no lixo, porque o outro Governador que vai entrar, não vai utilizar o material de expediente com o logotipo do Governador Álvaro Dias.

O Sr. Rafael Greca- Sem falar nos almoxarifados da FUNDEPAR, que estão abarrotados de camisetas com o logotipo do Governador e que tem seguido para o interior para serem distribuídas, queira Deus, só para vestir o povo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Não explicou também, Senhor Deputado Rafael Greca, como é que vai fazer economia nas festividades palacianas, pois quase todo dia tem festa no Palácio Iguagu. Economia também, com as constantes viagens do Governador e nós tivemos várias aí. Na preparação, no trabalho, na postura com outros Governadores para apoiar os 5 anos para o Presidente José Sarney. Quem é que pagou essas viagens, idas e vindas do Governador para Brasília, para Minas Gerais, para o Rio de Janeiro e para outros Estados?

Economia também que ele não explicou se fará outras viagens, até mesma da primeira dama do Estado, que viajou para Brasília para se encontrar com o Senhor Governador, para o jantar em comemoração à aprovação da emenda dos 5 anos. Não explicou também a Sua Excelência, o Secretário, como é que fará o Governador, com relação aquilo que eu relatei aqui ontem, dessas 3 laudas, das empresas que tiveram prazos dilatados para o pagamento do ICM! Isso também não foi explicado por Sua Excelência, o Secretário, como é que a FRIGOMEN-

DES, Frigorífico Mendes Ltda, de Colorado, teve o prazo dilatado para recolher o ICM? Como é que a Frigorele, Comércio de carne de Arapongas; entre elas a massa falida de João Malucelli, de São José dos Pinhais; a massa falida de João Malucelli, de Curitiba; o Frigorífico Santo Antônio, de Apucarana; o Frigorífico Paraná Novo de Apucarana; o Frigorífico Cargil Agrícola, de Maringá, a Comabra, de Ponta Grossa; a Frigo-Hélio, de Nova Esperança; Frigorífico Pinhais, de São José dos Pinhais; Frigorífico Maringá, de Maringá, não sei se pertence ao suplente do Senador José Richa, não sei se esse frigorífico pertence a ele). O frigorífico Comércio de Carnes de Arapongas; Frigorífico Pontagrossense, de Ponta Grossa; Indústria e Comércio de Carnes, Líder de Curitiba; Frigorífico Umuarama, de Umuarama; Frigorífico Noroeste do Paraná, de Paranavaí; Frigorífico Central de Maringá, Fritans, Frigorífico Paranavaí, de Paranavaí; Frigorífico Coroados, de Cruzeiro do Oeste; a Frigobrás; Companhia Brasileira de Frigoríficos de Toledo; a Frigal, Frigoríficos Guaíra, de Guaíra. E mais ainda, Senhores Deputados, o Estado divulga os nomes dos 35 maiores sonegadores de ICM. Será que já estão cobrando desta gente ou não?

Para concluir, Senhor Presidente, será que já estão cobrando desta gente toda? Eu acredito que se não houvesse dado a dilatação, se não houvesse a anistia dada no Governo José Richa, e se houvesse uma fiscalização atuante no Governo, não teríamos aqui 35 maiores sonegadores de ICM do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Encerrada a Hora do expediente passaremos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 55/88. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 43/88. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de votação acima aprovados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 55/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 43/88), que objetiva alterar a redação do artigo 1° da Lei n° 8.592, de 28 de outubro de 1987, acrescentando-lhe novos parágrafos para redefinir a política de reajustes de vencimentos do funcionalismo público estadual. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria, da C.F. e C.R.H., por unanimidade, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J.. Com EMENDA de PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

Há um requerimento de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que requer o encerramento da discussão do Projeto de Lei n° 55/88. A Mesa informa que sem prejuízo da emenda de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que será submetida a votos, colocará o requerimento em votação. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram conservar-se como estão. Aprovado.

Encerrada a discussão, passaremos à votação do Projeto. Para encaminhamento de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli, que discursará sobre o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ALGACI TÚLIO - Inscrevo-me, também para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estamos certamente no dia de hoje, aprovando e oficializando, dando carta branca a um exemplo, o melhor exemplo de arrocho salarial da Nova República e da nova fase dos cinco anos do PMDB do Paraná.

Certamente, o que a Assembléia Legislativa do Paraná está prestes a aprovar hoje, é uma carta branca ao Senhor Governador do Estado, para que decida como soberano, como absoluto, quanto que os servidores devem receber no final de trinta dias de trabalho.

A mensagem original do Governador do Estado, extinguindo a URP já era uma lástima, como disse muito bem o Deputado Algaci Túlio, que me antecedeu. Como é que nós vamos vincular o reajuste à arrecadação do ICM, quando o Governo não está

cobrando o ICM e sim esperando pela boa vontade dos empresários que cobram à vista, do consumidor, sobre o produto que é comprado e depois fica sem pagar seis meses, mais seis, mais seis, vem o Governador, decreta uma anistia fiscal, acaba protelando e por fim nega o pagamento do ICM que foi descontado do bolso do consumidor e que o Estado deixa de arrecadar para favorecer os grupos empresariais deste Estado.

A Bancada Governista e outros Deputados que apoiaram, podem se sentir satisfeitos pelo trabalho que fizeram. Evitaram desagradar o Governador e ao mesmo tempo de se comprometer perante os servidores públicos, lavando as mãos diante do cruel arrocho salarial que se prepara.

Num ano eleitoral creio que, que isso é muito útil, realmente, lavar as mãos. Mas, até quando conseguirão iludir os trabalhadores? E essa pergunta acho que só o tempo é que responderá.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No encaminhamento de votação, não será permitido aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Mas, a verdade é que nós, Deputados, tínhamos nas nossas mãos, a possibilidade de evitar esse golpe profundo sobre as condições de vida dos funcionários públicos estaduais, e preferimos, nos calar. Aliás, preferiu se calar, a maioria nesta Casa, porque graças aos três partidos, que foram nada mais, nada menos do que nove parlamentares, e os demais se calaram. Mas, não apenas os salários dos servidores são golpeados com essa decisão, o próprio Legislativo, creio eu, enfraquecido.

Um Legislativo que se recusa a assumir as suas responsabilidades, que dá por decisão própria, poderes ao Governador, para baixar decretos, e que não quer cumprir o seu papel de legislar.

Façamos justiça aos poucos Deputados que resistiram a essa entrega voluntária dos poderes do Legislativo ao Executivo, e que assumem hoje, a responsabilidade de defender o direito de comer dos servidores públicos, que estão sendo roubados, com seus votos, embora pouco numerosos, esses Deputados marcam uma posição contrária à política econômica do Senhor Álvaro Dias...

(Conversas paralelas).

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência

me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa reitera que é proibido aparte em explicação para votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O dinheiro que faz falta ao Governo, para pagar aos servidores...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Eu gostaria que Vossa Excelência lesse para mim, o Artigo que me impede de pedir aparte ao ilustre Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Parágrafo Único, Artigo 172.

"As proposições não sujeitas à discussão não admitirão aparte no encaminhamento de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Solicito que me desconte o tempo tomado inutilmente, pelo Deputado Dirceu Manfrinato.

Certamente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o dinheiro que falta ao Governo, para pagar aos seus servidores, sobra para a propaganda oficial dele mesmo. O aumento da arrecadação do ICM, com mais ação e menos conversa mole, com os sonegadores, é apenas uma piedosa intenção do Governador, sustentada apenas em palavras e nunca em atos. E se a Bancada Oficial não discute a Mensagem do Governador de um ano atrás, no sentido de aumentar a arrecadação, o Governador em contrapartida, também, nada cobra dos seus Deputados. Enquanto isso, vai-se arrochando os servidores, tirando-lhes das suas humildes mesas, o que não temos coragem de subtrair dos sonegadores poderosos e dos empresários que apóiam este Governo.

Esta política é uma manifestação clara do alinhamento com os poderosos e de posição ao interesse dos trabalhadores paranaenses.

A nossa posição é transparente porquanto, votamos contra a extinção da URP, e votamos contra a entrega, pelo Legislativo das suas prerrogativas ao Executivo e na sessão de hoje, apoiaremos a emenda do Deputado Valderi Mendes Vilela que é contrária à extinção da URP, aprovada em duas votações por maioria nesta Casa.

Concluindo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não poderíamos deixar, aqui, de fazer menção à postura adotada

pelo Deputado Paulino José Delazeri, que chegou a ir para a televisão, anunciar que apresentaria uma emenda, garantindo a URP para os servidores que recebem até dez salários-mínimos e que não teve a coragem de manter esta decisão, submetendo à discussão à votação ao Plenário desta Casa. Porque seria, talvez, a medida menos ruim, que garantia a URP àqueles que não estão recebendo o seu salário, que estão vegetando nas folhas do pagamento dos cofres públicos do Paraná.

A emenda protegia, pelo menos, os servidores que recebem menos, no entanto, estranhamos como o nobre colega Parlamentar da Bancada Governista, não apresentou a sua Emenda, e o que é pior, na hora da votação, se retira do Plenário. Talvez, ela tenha sido provocada por um resto de confiança que o companheiro tem no Governo.

De qualquer forma, foi um erro que este companheiro cometeu e que os servidores poderão, muito justamente, colocar na sua conta.

Portanto, nós, do Partido dos Trabalhadores, se depender de nós, vamos manter a URP. Vamos assumir o nosso papel de legislar e vamos deixar ao Governador Álvaro Dias, apenas a responsabilidade por mais este ato de arrocho salarial aos trabalhadores paranaenses.

Muito obrigado, Senhor Presidente,
Muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Solicito a Vossa Excelência, que peça às galerias para não se manifestarem à hora que os oradores estiverem usando da palavra, porque, ontem, nós quase tivemos um incidente feio com a mesma, quando atirou uma faca ao Deputado Eduardo Baggio, num perfeito desrespeito à autoridade constituída, a qual nós pertencemos como Parlamentares. Fomos eleitos para tal fim, de maneira que, faço questão que Vossa Excelência registre isto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado. Está com a palavra o Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência mencione o artigo que está sendo violado.

O SR. PEDRO TONELLI - Artigo 96.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Este é privativo do ex-Deputado Gabriel Manoel.

Está com a palavra o Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. PEDRO TONELLI - O autoritarismo continua, cada vez mais aperfeiçoado, não é, nobre Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Se Vossa Excelência estivesse na Albânia, Vossa Excelência ia ver o que é autoritarismo.

O SR. PEDRO TONELLI - Albânia é o seu destino.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra o Deputado Valderi Mendes Vilela.

Desconte o seu tempo.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, está em julgamento final para aprovação desta Casa, não o projeto propriamente dito, emanado do Executivo, mas sim, um substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o nosso objetivo hoje, nesta tribuna, é esclarecer a nossa emenda que apresentamos, hoje, aqui em Plenário. Vejam bem, Senhores Deputados, em nenhuma oportunidade nós constatamos a realidade do que se houve e do que se lê por estes dias, através da imprensa escrita e falada em nosso Estado.

Ontem, os Deputados do PMDB usaram da tribuna para dizer que o Governador Álvaro Dias irá pagar a URP integral a todos os servidores que recebem até dez salários de referência.

Eu, realmente, não encontrei isso em nenhum artigo, ou na proposta dessa Lei, mas ouvi, ontem, a garantia do Líder do Partido do Governo, em afirmar através de uma rede de televisão.

Tratando-se de um homem sério, competente para exercer o cargo, nós confiaremos na palavra e registramos em Ata tal afirmativa, porque é realmente importante que se diga, que vai se pagar, pelo menos a URP integral a todos os trabalhadores do serviço público, que recebam até dez salários de referência.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, continuo insistindo sobre a inconstitucionalidade desse projeto, e serão apenas 1.300 servidores que não serão atingidos por esse arrocho. Eu pergunto aos Senhores Deputados: e os professores, o juiz de direito, os promotores de justi-

ça, os funcionários do Tribunal de Contas, os funcionários desta Casa, todos estão excluídos dessa URP integral?

Nós sabemos que a URP já é arrocho salarial e continuamos afirmando, com certeza, que esse é o maior arrocho que se implanta na política salarial deste Estado.

Por isso, usamos da tribuna hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para registrar pelo menos a nossa esperança, de que através das palavras do Líder do Governo e do Deputado Paulo Furiatti, do PMDB, que a URP vai ser paga integralmente a todos os funcionários que recebem até dez salários referência.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subimos mais uma vez à tribuna, para colocar o nosso pensamento e aquilo que nós entendemos com relação à mensagem encaminhada a esta Assembleia.

Na verdade, não se discute o projeto mencionado, porque foi ele substituído por uma emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça e nesta terceira votação, o que resta é consagrar o que aqui já foi decidido, nas duas decisões iniciais.

Sabemos que tudo o que aqui falarmos, de nada vai adiantar porque a situação é irreversível, mas é dever assumido por nós, com o povo, e dele não vamos abrir mão. Lutaremos até o fim, quando o atingido for ele, seja qual for o resultado dessa luta.

Aliás, é bom lembrar que ideal é coisa que ainda existe, que não morreu de todo e que assim aqueles que acreditam, porque lutam, não perdem batalha nunca, seja qual for o resultado.

Fomos vencidos porque a maioria vence na pressão, mas nós como os servidores públicos, aqui, durante as discussões, também representados por esta classe de sacrificados que são os professores, aqui vieram na busca, na tentativa de ver modificada alguma coisa, mas, lamentavelmente, daqui estão saindo frustrados também.

Mas, vejam bem, o projeto original foi substituído por uma emenda substitutiva geral que dispõe de três artigos: fica revogada a Lei nº 8592 de 28 de outubro de 1987, este é o artigo 1º, o artigo 2º - o Poder Executivo fica autorizado, por decreto, conceder reajustes a título de antecipações salariais aos servidores públicos dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como aos integrantes

da Polícia Militar, e o artigo 3º - esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Vejam, Senhores Deputados, uma emenda pequena, apenas três artigos substituem um projeto de lei que na verdade nunca deveria ter vindo para esta Casa, porque foi ele o retrato de que não é o Governador Álvaro Dias aquilo que a dispendiosa publicidade tenta fazer dele; o Governador humano, o Governador justo voltado para realização do ideal social do povo. Com mais de 2 bilhões por dia para gastar em publicidade. Estão os Senhores Deputados lembrados que, quando da aprovação do Orçamento por esta Casa, alertávamos juntamente com o Deputado Rafael Greca de que o Gabinete da Governadoria, somente ele iria dispor do valor equivalente a 800 salários-mínimos a gastar por dia.

Dizíamos, então, em valores na época, é claro, que o trabalhador levaria 75 anos para ganhar o que o Governador está gastando com a campanha publicitária.

Como se vê, o dinheiro vem sendo bem aplicado.

Mas, não vamos sair do assunto que nos traz à tribuna. Vejam, Senhores Deputados, o artigo 1º simplesmente revoga a lei que concedia os benefícios de reajustes mensais pela URP, aos servidores. A lei, é evidente, que lhes dava ou tentava dar condições para acompanhar essa inflação galopante que sufoca a economia nacional.

Pois bem, o primeiro revoga, quer dizer, tira, porque enquanto revogar quer dizer, extinguir, acabar, deixar sem efeito.

O artigo 2º autoriza o Poder Executivo, por decreto, a conceder reajustes a título de antecipações salariais a todos os servidores do Estado: Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Polícia Militar.

Primeiro, a surpresa de que como pôde a Comissão de Constituição e Justiça, a quem cabe estudar e fiscalizar o cumprimento das normas legais, acrescentar emenda sua, tripudiando sobre as constituições da República e do Estado.

É claro que, sabemos que existe no Congresso, a Constituinte estudando ou elaborando uma Nova Carta, mas ainda não foi aprovada e sim elaborada, enquanto isso, as velhas leis continuam valendo, ditando as normas para quem ainda sabe respeitar as leis.

Vejam agora, para a Comissão de Constituição e Justiça, já é permitido lei ordinária votada pela Assembleia Estadual, sobrepor-se ao decreto lei federal e vejam só, o que diz o artigo 21 da Constituição Estadual: compete à Assembleia Legislativa com a sanção do Governador, no parágrafo 5º, criar e extinguir cargos

públicos, fixar-lhes atribuições e vencimentos, fixar o efetivo da Polícia Militar, votar o Orçamento.

Então, vejam, o que é que significa isto, Senhores Deputados?

Está claro, é mais do que visto de que, simplesmente, o Poder Legislativo está transferindo atribuições específicas suas para o Executivo.

Isto é proibido pela Constituição Federal, ferindo a independência de Poderes. Estamos dando ao Executivo, mais uma vez, a capacidade, mais um cheque em branco para a Sua Excelência o Governador. Agora, não um cheque, agora estamos dando um documento assinado, avalizado por esta Assembleia ao Senhor Governador, para que faça tudo o que é decreto, o que me faz lembrar que, na campanha de 1982, de 1985 e outras mais, o PMDB falava em cima disso: Essa palavra maldita, decreto, não podemos permitir, isso é só no Governo da ditadura, isso não vai acontecer mais. Continua acontecendo.

Ontem, os Senhores combatiam o decreto como norma espúria da legislação; hoje, dão o mesmo instrumento para o Senhor Governador legislar. Vejam então: cada um que responda aos seus eleitores como vai o Governador legislar, e pagar a cada um o que merece, se for adotado o critério e normas como estão a dizer. E eu levantei esse problema ontem aqui, pois na atual condição, o soldado vai ganhar mais do que o cabo, quer dizer, vai ter que reverter a lei da Polícia Militar, a sua lei hierárquica repetindo, o soldado vai ganhar mais do que o cabo, o ascensorista vai ganhar mais do que o datilógrafo que fez o curso, que estudou, que se preparou.

Vejam então, Senhores Deputados, a que situação nós chegamos. Estamos votando uma lei completamente inconstitucional e, por isso, tem o meu voto contrário ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, que delega todos esses poderes, que abre as prerrogativas desse Legislativo ao Governador do Estado do Paraná. Já delegamos na Reforma Administrativa, poderes a Sua Excelência o Senhor Governador, dando um cheque em branco em relação a Usina Segredo, e aí está o escândalo da Usina Segredo. E agora, damos também, a ele o poder para que resolva, como bem entender, aumentar os servidores públicos.

É lamentável que a nós da Oposição, minoria como somos, compete apenas falar e votar contrariamente.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao último orador inscrito para encaminhamento de votação, nobre Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu serei bastante breve no encaminhamento desta votação, mesmo porque nos estarrece a forma monolítica como a Bancada do Governo voto esta proposição que tira desta Assembleia, a prerrogativa da defesa de uma política salarial para o servidor público, para colocar o que antes era direito líquido e certo de todos os funcionários nas mãos do arbítrio do Senhor Governador. Nós vamos ter que nos redobrar agora nos conselhos, porque este é o papel da Oposição ao Palácio Iguazu, para que cobre realmente dos devedores de ICM e leve além da construção do IBOPE pessoal do Senhor Governador a real disposição de aumentar a arrecadação do Estado.

Aliás, já não é sem tempo para perguntar se o caso do Grupo Atalla versus BADEP foi só um primeiro lampejo, um primeiro ato da comédia do IBOPE pessoal do Governador, ou se terá um real desdobramento.

Onde é que ficou mesmo a cobrança da dívida do grupo Atalla? O Paraná pergunta. Serve-se dos meus lábios para perguntar.

O que de fato temos é uma relação dos principais devedores do ICM: que são os frigoríficos.

O que é fato também, que se troca o direito líquido e certo dos cidadãos, para se colocar no arbítrio do Governador como se fosse um favor, uma dispensação de graça do Governador, a reposição salarial e do poder de compra dos salários. O substitutivo da nossa Comissão de Constituição e Justiça feito pelo Deputado Nereu Carlos Massignan - sabe Deus se feito em algum laboratório de sinistra alquimia -, revigora a idéia do decreto. O decreto valendo mais do que a lei; o poder do governante pessoal, valendo mais do que a decisão da Assembleia. E ainda se fala em democracia. Nós nos arenizamos a olhos vistos, no momento em que se troca o direito líquido e certo pela vontade do "sinhozinho".

Mas, enfim, eis aí a maioria!

Foi o povo que quis, o povo assim fez. O povo estava com a vista embaçada pelo processo do Plano Cruzado, a idéia do dinheiro nosso valer igual ao dólar, a idéia de sobrar salário no fim do mês, a idéia dourada, global, platinada como o "plim, plim" eletrônico do espelho mágico de fazer na cabeça das pessoas deste Brasil dos miseráveis, a Suíça do PMDB. A Suíça não veio. Está aí o salário de Biafra, o prego de Nova York, a OTN sendo cobrada, a professora que veio me visitar esta manhã, aposentada, curitibana do Grupo Nossa Senhora da Salette, no Hugo Lange. Esta professora que, ao tempo em que ganhava Cz\$ 9.000,00 em 1986, assumiu um consórcio para comprar um carrinho usado no prego de

Cz\$ 3.900,00, e que hoje é tida como marajá pelo discurso do Palácio. Ela ganha Cz\$ 59.000,00.

Ora, eu fico, às vezes, na porta do Carrefour esperando uma daquelas procissões de marajás - porque eu entendo de marajás, eu os vi na Índia -, penso que vão chegar enleados em sedas, trazidos no dorso dos elefantes.

No entanto, o que é que eu vejo? Não vejo nem sedas, nem elefantes, nem brocados, nem escravos queimando pausinhos de incenso (de sândalos; vejo é uma gente miserável, descalça, humilhada, arrasada, chegando na caixa registradora com a pronta disposição de eliminar itens do carrinho do supermercado.

Pois é, este marajá do Hugo Lange - esta mulher que ganha Cz\$ 59.000,00 -, está hoje com a sua prestação de consórcio de automóvel na base de Cz\$ 58.400,00, pois é, o marajá de Cz\$ 600,00!

Viva, pois, o marajá dos Cz\$ 600,00!

Viva, pois, porque acreditou no Plano Cruzado.

É um marajá com azar.

É um marajá marcado.

É um marajá de brocado rasgado.

Quem faz deste marajá descalço e miserável é o discurso do PMDB e a prática parlamentar do PMDB.

Viva, pois, o marajá do Paraná!

Era isto!

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Em votação, o substitutivo geral da Comissão de Constituição e Justiça, sem prejuízo da emenda do Deputado Valderi Mendes Vilela.

Os Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. - Aprovado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Está em discussão o substitutivo...

O SR. PRESIDENTE - (Aribal Khury) Em votação o substitutivo sem prejuízo da emenda apresentada por Vossa Excelência.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu queria que Vossa Excelência registrasse o meu voto contrário ao substitutivo.

O SR. PRESIDENTE - (Aribal Khury) Será registrado.

Em votação a emenda de autoria do Deputado Nestor Batista, aditiva.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, o senhor não deu o resultado da votação do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE - (Aribal Khury) Lamentavelmente, ninguém requereu verificação de votação, Sr. Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Eu não ouvi Vossa Excelência falar aprovado ou rejeitado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Artigo 20, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência teria que mencionar artigo 98.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Artigo 20, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Fale, Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu solicito o cumprimento do Regimento Interno no seu artigo 20, onde diz da composição da Mesa e das ausências dos integrantes da Mesa.

Portanto, como o Vice-Presidente está presente solicito que se cumpra o Regimento e que assuma a Presidência e Vossa Excelência assuma a Secretaria.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa informa ao nobre Deputado Pedro Tonelli, que lamentavelmente, nós não estamos na escola.

Aqui assume quem quiser. O regime, graças a Deus, ainda é democrático.

O SR. PEDRO TONELLI - Para que o Regimento Interno então?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O artigo 96 que Vossa Excelência citou está errado, porque Vossa Excelência quis enganar a Mesa. Aqui, Deputado, Vossa Excelência ainda tem que fazer um cursozinho.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o projeto do Deputado Nestor Baptista, aditiva. Os Senhores Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O encaminhamento de votação foi encerrado.

Vossa Excelência tem a palavra para justificar o seu voto.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente.

Venho justificar meu voto contrário à emenda do Deputado Nestor Baptista, porque ontem, quando se discutia em 2ª Discussão, eu alertava que tanto a lei, como o substitutivo, eram discriminatórios. Por quê? Porque os funcionários das empresas estatais e de economia mista, teriam tra-

tamento diferenciado dos demais servidores públicos, pois apesar dos recursos para pagamento de seus salários viessem de outras fontes, não deixavam de ser funcionários do Governo do Estado e não deixariam de perceber os benefícios.

E, citava, ainda, o caso dos funcionários do BANESTADO, da COPEL, da SANEPAR e outras entidades.

Hoje, vejo que o Deputado Nestor Baptista, a exemplo da CCJ, complicou mais ainda a situação, quando acrescenta a emenda "acrescenta-se ao artigo 2º, após a expressão integrante da Polícia Militar, assim como aos servidores das entidades de administrações diretas, definidas no artigo 7º, indicadas no artigo 112, ou criadas pelo artigo 114 da Lei n. 8.485".

E a Lei n. 8.485, no artigo 7º, diz "da administração indireta, compreende-se serviços constituídos para limitar a expansão da administração direta, ou aperfeiçoar a sua ação". E aqui cita empresas. Quais são estas empresas? Exatamente COPEL, IPARDES, Secretaria do Estado da Administração, CELEPAR, IPE, BANESTADO, CAPE DO PARANÁ, que até já foi extinta, a COPASA, a CLASPAR de Omar Karam, do golpe dado aí, IAPAR, SANEPAR, e outras. E as últimas criadas pela Lei n. 8.485, a Fundação de Esportes do Paraná, o Departamento Estadual de Construção de Obras de Manutenção que é o DECOM, a Fundação Rádio e Televisão do Paraná, a Fundação de Ação Social do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho, que era para eliminar o antigo IAM e o PROVOPAR, também, outro golpe cujo processo não terminou ainda.

Então vejam bem, o Deputado Nestor Baptista faz uma emenda, incluindo estas outras instituições, o que vai complicar a vida de todo o mundo. Não sobrou ninguém pelo jeito.

Quero deixar meu voto contrário à esta emenda.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem a palavra pela ordem.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, gostaria também de registrar meu voto contrário à emenda do Deputado Nestor Baptista.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Será anotado.

O SR. PEDRO TONELLI - Registre o meu voto contrário, também.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com muita satisfação, Deputado.

Em votação a emenda supressiva de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela e outros Senhores Deputados. "Suprima-se o artigo 1º, renumerando-se os demais. Em votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Para encaminhar).

Senhor Presidente, gostaria, rapidamente, de dizer que esta minha emenda, é em função das declarações dos próprios Deputados do PMDB que garantem que a URP não foi extinta no Paraná, e se está vigorando não há razão alguma de haver o artigo 1º do substitutivo apresentado pela CCJ, razão da nossa emenda. Por isso, nós apresentamos esta emenda e esperamos que os Deputados do PMDB a aprovem.

Era isto. Senhor Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Para justificar o seu voto.

O SR. PEDRO TONELLI - Está sendo justificado o voto de qual emenda? Eu quero justificar a emenda do Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Perfeitamente. Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu estou plenamente de acordo com a emenda do Deputado Valderi Mendes Vilela, porque ouvi e li em todos os jornais, hoje, quase todos, dizendo que as discussões e as votações de ontem acabaram aprovando a URP para o funcionalismo público estadual, quando na verdade o que aconteceu, foi exatamente o contrário. No artigo 1º está dito que fica revogada a lei que regulamentava a URP no Estado do Paraná. Portanto, tínhamos a coragem de votar a favor daquilo que nós falamos na imprensa e em todo lugar.

Por isso, vamos ver se votamos a favor da manutenção do URP no Estado do Paraná.

O SR. BASÍLIO ZANUSO - (Para Justificar)

A emenda do Deputado Valderi Mendes Vilela, visa e em bom tempo lembrou o Deputado Pedro Tonelli, referindo-se ao fato de que a imprensa toda, ou quase toda, informa que a Assembleia Legislativa aprovou uma lei revogando a URP ou que não revoga a URP.

Só para deixar claro que a emenda de autoria da Bancada do PMDB, emenda substitutiva, revoga, liquida com a Lei n. 5.892, quando da instituição da URP.

Portanto, o que está se votando hoje, com a emenda substitutiva é a revogação, a eliminação da URP, Lei n. 8.592; consequentemente, da URP, que veio para que? Por que foi criada a URP pelo Decreto n.º 3.335? Para compensar o trabalhador do serviço público com o desgaste e corrosão de sua economia pela inflação alta. Daí, a emenda do Deputado Valderi Mendes Vilela ser oportuna, já que se fala que o Estado do Paraná não vai revogar a URP. Que ela fique mantida na lei.

Portanto, voto a favor da emenda do Deputado e que oportunamente apresenta. É uma forma, até, do Governador corrigir, pagando os funcionários conforme a URP, que tanto se propala.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda foi rejeitada.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem). Eu solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Proceder-se-á à verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito chamada nominal, Senhor Presidente. Dispense, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Sete dos Senhores Deputados aprovam a emenda.

Os Senhores Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e cinco dos Senhores Deputados rejeitam.

Está Rejeitada a emenda.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Eu gostaria de registrar os votos favoráveis desta emenda; dos Senhores Deputados Valderi Mendes Vilela, Algaci Túlio, (Tumulto no Plenário) ... Antonio Costenaro Neto, João Arruda, Basílio Zanusso, e Pedro Tonelli.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - À Redação Final, na próxima sessão de terça-feira.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 43/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 36/88), que cria no Quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada, 4 Cargos de provimento em Comissão de Assessor Judiciário, todos com a Simbologia DAS-4, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por ar-

tigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 46/88, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública, a U.F.U., UNIAO FRATERNAL UNIVERSAL, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 47/88, de autoria do Deputado Homero Oguido, que declara de Utilidade Pública, a CASA DO BOM SAMARITANO- INSTITUTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE LONDRINA, com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 48/88, de autoria do Deputado Homero Oguido, que declara de Utilidade Pública a CONGREGAÇÃO DA PEQUENA MISSÃO PARA SURDOS, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 49/88, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Gary Lee Stewart, Imperador da Ordem Rosacruz - AMORC. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 50/88, de autoria do Deputado Paulino José Delazeri, que declara de Utilidade Pública o TEMPLO CURITIBA DO AMANHECER, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 004/88, (Mensagem n.º 002/88 ex-Proposição n.º 11/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 25.11.87, entre o Estado do Paraná e o Governo Federal, através do Senhor Ministro Extraordinário para Assuntos de Irrigação, objetivando ação conjunta no sentido de que, com recursos do "Programa Nacional de Irrigação", e do próprio Estado, sejam realizados Cursos de Capacitação de Técnicos para a elaboração e execução de Projetos de Irrigação, Drenagem e Sistematização, bem como para aquisição de máquinas e equipamentos destinados a tais atividades. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 005/88, (Mensagem n.º 003/88 ex-Proposição n.º 012/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 04.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e o Município de Pranchita, objetivando a participação do referido Município na execução do Programa Estadual de Manejo Integrado de Solos - PMISA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 006/88, (Mensagem n.º 004/88 ex-Proposição n.º 13/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 09.07.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de Colorado, Guairacá e Santo Antônio do Caiuá, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 007/88, (Mensagem n.º 005/88 ex-Proposição n.º 014/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o termo de Cooperação n.º 06/87 - COMEC, celebrado em 02/10/87, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a participação da COMEC, e o Município de Curitiba, com interveniência do IPPUC, objetivando aplicação de recursos financeiros no Município, relativos ao IV Programa de Investimentos em Transportes Urbano - EBTU/Banco Mundial/Governo Estadual, conforme específica. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 008/88, (Mensagem n.º 006/88 ex-Proposição n.º 015/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 23/09/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de Marialva e Planaltina do Paraná, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 009/88, (Mensagem n.º 007/88 ex-Proposição

nº 016/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênios celebrados em 27/10/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada SUCEAM e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 010/88, (Mensagem nº 008/88 ex-Proposição nº 017/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênios celebrados em 24.02.87, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada SUCEAM, e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 011/88, (Mensagem nº 009/88 ex-Proposição nº 018/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênios celebrados em 24/02/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 012/88, (Mensagem nº 011/88 ex-Proposição nº 020/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênios celebrados em 11/02/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle de erosão urbana nos respectivos Municípios. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 013/88, (Mensagem nº 012/88 ex-Proposição nº 021/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o termo de Cooperação nº 10/87, celebrado em 16/11/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Curitiba, com a interveniência da URBS, objetivando a concessão de auxílio financeiro ao Município para aplicação em obras no Terminal Metropolitano de Curitiba.

ba. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 014/88, (Mensagem nº 013/88 ex-Proposição nº 022/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o termo de convênio nº 33/87, celebrado em 19/11/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, com a interveniência do DER e a Comunidade Indígena de Rio das Cobras, assistida pela FUNAI, objetivando estabelecer condições de passagem da Rodovia PR-473, trecho Foz do Chopin à PR-277, em área do patrimônio indígena. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 015/88, (Mensagem nº 014/88 ex-Proposição nº 023/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênio celebrado em 19/11/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social e o Município de Medianeira, com os objetivos que especifica. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 156/87, de autoria do Deputado José Alves e outros, que dispõe sobre a obrigatoriedade na adoção do vale-transporte, pelos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo - incluídos os órgãos da Administração Direta e Indireta, na forma especificada pela Lei Federal nº 7418, de 16/12/85. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Rejeitado o substitutivo geral. Projeto - Rejeitado.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando a dispensa da discussão e votação da Redação Final aos projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão e que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no parágrafo único do Art.58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução nº 116/86. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Mário Junqueira, ocorrido no dia 13 de abril do corrente ano, no Município de Ribeirão Preto. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado das Finanças, encarecendo recursos financeiros para a locação

de um terminal telefônico a ser instalado na Agência de Rendas do Município de Cruzeiro do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Saúde e Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo maior controle e fiscalização sobre propaganda e uso indiscriminado de medicamentos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Diretor Proprietário do Jornal "O Diário", parabenizando-o pelo transcurso de mais uma data natalícia, ocorrido no dia 12 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, com apoio dos Senhores Deputados Basílio Zanusso, Antônio Costenaro Neto e João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Presidente da Copel, Governador do Estado de São Paulo e ao Ministro das Minas e Energia, encarecendo informações sobre a construção da nova Usina Hidrelétrica que se pretende construir no Rio Paranapanema. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo informações sobre os fatos ocorridos envolvendo o pessoal da Polícia Civil, e tendo como vítima o Vereador Paulo Roberto Marsenta do Município de Cambará, fatos esses ocorridos no Município de Santo Antônio da Platina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Pastor Daniel Antunes Evangelista, pela eleição ao cargo de Secretário Executivo da Convenção da Igreja Batista Nacional. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos senhores Deputados Rafael Greca, João Arruda, Valderi Mendes Vilela e de demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo o imediato pagamento da URP do mês de março, aos servidores públicos estaduais. Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Pela ordem- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury)- Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, com apoio dos Senhores Deputados Antônio Costenaro Neto, João Arruda e Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo esclarecimentos sobre as circunstâncias que envolvem a concorrência pública para a construção da Usina de Segredo. Rejeitado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury)- Vai se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Oito Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e dois Deputados rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Senhores Deputados Rafael Greca, Valderi Mendes Vilela, Pedro Tonelli e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do documento final da Assembléia Geral dos Pais e Alunos das Escolas do Paraná, evento promovido pela Comissão de Educação, desta Assembléia. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do Pronunciamento do Presidente da Associação Comercial e Industrial do Município de Foz do Iguaçu. - Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se, publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, encarecendo informações sobre a cobrança estabelecida de 100% do valor consumido em água, a título de taxa de esgoto. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 55/88.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 43/88.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 03/88 e dos Projetos de Resolução n°s 16/88, 17/88, 18/88, 19/88, 20/88, 21/88, 23/88, 24/88, 25/88 e 26/88.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 14 DE ABRIL DE 1988.

"MANIFESTO DOS PAIS E ALUNOS DAS ESCOLAS PRIVADAS DE CURITIBA"

Nós, pais, e alunos integrantes do Movimento de Pais e Alunos das Escolas do Paraná, em Assembléia geral realizada na Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 17 de março de 1988, por convocação da Comissão de Educação do Poder Legislativo, e com a presença de várias entidades, como a União Metropolitana dos Estudantes de 1° e 2° graus de Curitiba, Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor, União Paranaense de Estudantes de 1° e 2° graus, União Paranaense de Estudantes, a Senhora Professora Maria Dativa, Presidente do Conselho Estadual de Educação, Doutora Dirceinha Batistas, da SUNAB, representando o Delegado Adilson Amaro Alves, que se encontra em Brasília, exatamente discutindo o assunto também motivo desta Assembléia; o Deputado Algaci Túlio, representando a Comissão de Educação do Poder Legislativo, o Deputado Pedro Tonelli, o Vereador Horácio Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, ouvimos as explicações sobre o aumento das mensalidades escolares, com exposição do Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de 1° e 2° graus do Paraná, José Manoel Macedo Caron Júnior.

Após ouvirmos os depoimentos das entidades presentes, os depoimentos de pais que se encontram na iminência de perder a condição de manutenção de seus filhos em escolas particulares, e os testemunhos inclusive de professores, foi permitido o questionamento do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, que alegou as dificuldades óbvias referentes à situação econômica nacional, informou que a escola pública custa 5 vezes mais que a escola particular, que o ensino particular é muito melhor que na escola pública, entre outros argumentos, como folha de pagamentos, etc.

Os pais presentes demonstraram, com estatísticas do DIEESE, que de janeiro de

1986 a janeiro de 1988 a escola privada aumentou mensalidades em até 1.109%, enquanto no mesmo período a OTN subiu 845% e o salário mínimo 410%. Em janeiro de 1986, um trabalhador que ganhasse 10 salários referência gastava 7% de seus salários para manter um filho na escola particular, 14% para manter 2 filhos e 21% para manter 3. Em janeiro de 1988, gasta 19% para manter um filho; 38% para manter 2 e 56% para manter 3.

Depois de acalorados debates não foi possível nenhum entendimento com os representantes do Sindicato, que no entanto, colocou-se à disposição dos pais, em sua sede.

Em vista da situação aflitiva gerada pelo aumento das mensalidades escolares, e pela total impossibilidade de um acordo negociado com o Sindicato, o Plenário propôs e aprovou o que se segue:

1. Exigimos que o Governo Federal revogue imediatamente o esdrúxulo Decreto 95.720/88, por ser, além de inconstitucional, também moralmente incompatível com a realidade social brasileira. Não podemos nós, pais com nossos ganhos tabelados pela URP, sustentar o esquema econômico e mercantilista das escolas, com correções abusivas e desleais.

2. Exigimos que além de revogar o decreto, o Governo Federal volte a impor mecanismos de controle de abusos no aumento das mensalidades escolares, e desde já, o exigimos que os atuais valores cobrados abusivamente, sejam imediatamente anulados, e uma nova tabela seja calculada com base na última mensalidade do ano passado sobre a qual se aplicará uma correção padrão e justa, de conformidade com os aumentos salariais dos trabalhadores.

3. Fixamos um prazo até o dia 15 de abril para que o Governo Federal e as escolas se decidam pela diminuição das atuais mensalidades. Caso até aquela data não sejam tomadas medidas efetivas, nós pais, em união com as entidades estudantis e demais órgãos de classe que se sentem injustiçados, passaremos a organizar o boicote no pagamento das mensalidades e a exigir que o Governo encampe, como é de sua obrigação, o ensino gratuito em todos os níveis, com vagas para todos.

4. Desde já, exigimos a participação dos pais e estudantes em condições de igualdade, e não como voto vencido, nas entidades que irão fiscalizar os valores das mensalidades escolares e qualidade do ensino. Nós temos o direito de manifestar nossas razões em assunto de nosso interesse, e pelo qual somos obrigados a pagar.

5. Fica desde já, criada a Comissão de Pais, que nos representará junto aos órgãos de fiscalização, sendo os seguintes

nomes, que começaram o Movimento de Pais e Alunos do Paraná: Joelcio Madureira, Altevair R. Andrade, Stela F. Formaggio, José Granvil Vello, Egor Webster, Olavo L. Leme Jr, Neusi da Silva Vlatoski, Carlos H. Wolff, Rubens S. Mazza, Maria da Graça O Brun.

6. Requeremos também que o MEC cesse imediatamente o envio de toda e qualquer verba a fundo perdido às escolas particulares.

7. Exigimos que os pais possam se fazer representar na reunião marcada para o dia 23 de março, em Brasília onde o Ministério da Educação vai ouvir das escolas as explicações sobre se houve abuso na cobrança das mensalidades. Nós, pais, podemos comprovar os abusos, e por isto, porque somos nós que pagaremos, devemos também participar deste encontro, bem como de todos os outros que ocorram ainda dos órgãos que vieram a controlar as mensalidades escolares, onde devemos ter livre acesso às planilhas de custos das escolas.

Finalmente, decidimos que se dê ciência das presentes reivindicações a todas as autoridades da área educacional, aos políticos e aos pais e alunos, bem como à imprensa.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ FELINTO, EM SESSÃO DO DIA 14 DE ABRIL DE 1988.

Imaginamos, meus companheiros de diretoria e eu, que uma solenidade de posse - como a desta noite - tem um significado muito maior do que simplesmente registrar e dar publicidade a um evento, ou fazer os devidos agradecimentos.

Imaginamos que este momento é o mais apropriado para mostrar a base de nosso pensamento, bem como para anunciar o rumo e o ritmo de nossa ação.

Desde que Pedro Basso e seus companheiros criaram a ACIFI, e ao longo de seus 37 anos - magnificamente revigorada a partir da gestão de Fouad Fahkiri até agora, quando a recebemos das mãos hábeis de Narciso Valiati - esta Associação vem construindo a sua história de lutas, em favor do desenvolvimento econômico e social de Foz do Iguaçu.

Nosso pensamento sintetiza essa evolução, mas cuida para compatibilizar as exigências de nossa atividade face a um tempo sempre diferente - pois o momento seguinte nunca é igual ao anterior.

Assim, diante das conjunturas presentes, de uma realidade econômica nacional, que assiste a convergência, a um só tempo, de todos os males que degenerando as rela-

ções econômicas acabam por degradar as relações sociais - e o que é muito mais grave, ameaçam desembocar numa debilidade do poder político, cujos desdobramentos a ninguém agrada ou anima - , diante disso, agigantam-se nossas responsabilidades de encontrar saídas mais criativas, mais modernas, inovadoras a ponto de transformar a sociedade.

Os males de que falamos, os Senhores já sabem: crescente déficit público, em índices alarmantes: incontrolada inflação, que, por corrosiva, é intolerável, completo desequilíbrio entre juro, preço, e salário, o primeiro elevando o segundo, e o último, arrochado de verdade, mostra a face da recessão que pára a máquina e desemprega o homem; as dívidas nacionais - interna e externa que exigem, para sua rolagem, o pagamento de juros cujo montante e cuja origem dos respectivos recursos, transforma em miserável um povo que já era pobre.

Não bastasse isso, tudo acontece justamente num momento em que vivemos uma transição política... transição conduzida sem a necessária habilidade.

O que pode pensar um empresário nessa hora? O que pode pensar uma associação de empresários diante desse impasse?

Uns pensam em parar; outros pensam... em fugir; alguns pensam... em tirar proveito da confusão - embolsando o máximo possível - não importam as consequências mas muitos, arrancam de seus espíritos uma proposta nova.

Nós nos alinhamos entre os que sabem que é preciso continuar - e continuar com cada vez mais força e com cada vez mais inteligência.

Nós nos alinhamos entre os que sabem que o momento é de unir. E não estamos falando de união de empresários. A união de que falamos envolve a empresa, o trabalhador e o Governo - Governo com credibilidade suficiente para participar de um grande e amplo acordo, honesto, viável e duradouro.

Nós nos alinhamos entre os que sabem que beiramos um novo tempo. Novo tempo, no qual a empresa, sem a menor dúvida, vai deixar de ser uma organização voltada íntica e exclusivamente para o lucro, para se transformar em uma instituição capaz de assumir também suas responsabilidades sociais, pois além de gerar e manter emprego, é urgente assegurar ao trabalhador, a participação e a recompensa que lhe dignifique sua vida e a de seus familiares.

Sabemos que aquilo de que estamos falando tem a cara de um código novo, mas porque esta é a postura que marca o cotidiano de nossa empresa, nós o fazemos sem demagogia.

Sabemos que um convite a mudanças não

é exatamente um convite agradável. As mudanças exigem, antes de mais nada, muita renúncia. Renúncia ao orgulho, renúncia à vaidade, renúncia ao acúmulo de excesso em poucas mãos porque ao custo muito alto da escassez para a grande maioria. Renúncia aos velhos tempos, renúncia às velhas idéias, para poder desarmar e abrir os espíritos à reedificação da sociedade.

Estamos convencidos da necessidade de mudanças.

Todavia, a renúncia não é exigência que toca só ao empresário, se espera renúncia também dos trabalhadores, no sentido de que suas reivindicações sejam realmente justas e exequíveis, merecedoras e oportunas.

Mas não se espera renúncia apenas de empresários e trabalhadores, como parte do tripé da sociedade está presente um elemento forte - forte porque detentor do Poder de Império - este poderoso elemento é o Governo.

Se espera igualmente do Governo renúncia clara e precisa; renúncia ao clientelismo, renúncia ao fisiologismo; renúncia à ineficácia; renúncia à inapetência para o trabalho; renúncia à corrupção, e por aí afora.

Sem que essas três partes sejam capazes de exercitar a renúncia, não há como se falar em confiabilidade - confiabilidade indispensável para juntos caminharmos rumo ao futuro.

FELIZMENTE ESTAMOS NO PARANÁ!

Sob um Governo Estadual austero e eficaz, competente e dinâmico, ousado e otimista, podemos proclamar que a base de nosso pensamento, cuja premissa é justamente a conjunção de esforços dos empresários, dos trabalhadores e do Governo, já encontra o melhor terreno, para a produção dos melhores frutos.

Trabalhadores, empresários, Governo: parceiros de uma mesma empreitada - a construção de uma sociedade verdadeiramente solidária.

Como será possível fazer isso aqui em Foz do Iguaçu?

Senhores: esta comunidade, todos sabemos, vive de turismo e de comércio, o comércio especialmente voltado para o exterior, ainda que praticado como se interno fosse. E, também todos sabemos ao contrário do que acontece noutros lugares do mundo - para onde, por algum motivo, o turista é atraído -, aqui não se casam o turismo e o comércio. Pior que isso: ambos, turismo e comércio, em Foz do Iguaçu, são profundamente dependentes de decisões e providências que estão fora de nosso alcance.

Basta uma penada da CACEX, um aviso

interno da Receita, uma portaria da Polícia Federal, uma ameaça de fechamento da Ponte da Amizade - até como pretensa solução de problemas que não criamos basta um evento assim e a economia iguaçuense entra em desequilíbrio, maior ainda do que a permanente oscilação em que vivemos, navegando ao sabor dos termos de troca das moedas das fronteiras. Como mudar isso?

Para o comércio interno, uma pesquisa e uma campanha publicitária poderá atrair compradores, e ao menos no curto prazo, minimizar o problema para o comércio de exportação - o de exportação em cruzados principalmente - um bom entendimento com a CACEX, para que encontremos soluções que atendam, ao mesmo tempo, o interesse do governo e dos exportadores.

Mas a verdadeira solução, a solução estrutural, estará no aproveitamento da construção do Portal da Foz - para a criação de nossa sonhada "área de livre comércio".

"É muito difícil"! Dirão os Senhores, que há mais de 15 anos assistem e participam desta luta. "Agora é mais fácil" digo eu, mais fácil porque acabamos de receber um ilustre associado, que além de conhecer bem o problema, está realmente empenhado na sua solução.

Senhores! Este Governo Estadual chamou para si a responsabilidade de resgatar a dívida que o Paraná tem para com nosso oeste: Unioeste, Hospital Regional, Ferroeste, apoio à industrialização, eis algumas de suas realizações das quais temos sido testemunhas.

Pois bem: esta Foz do Iguaçu, que histórica e geograficamente é a mãe de todo o oeste. Esta Foz do Iguaçu, que com o nome de Santa Maria Maior, conheceu o processo civilizatório antes de Paranaguá, no século XVI, esta Foz do Iguaçu que é o foco de integração sócio-econômica da bacia do prata, numa visão mais larga abrangendo São Paulo e Buenos Aires. Esta Foz do Iguaçu que, por incrível que pareça, tem uma renda "per capita" das mais baixas do Estado e um dos maiores índices de desemprego. Esta Foz do Iguaçu, que é o quinto Colégio Eleitoral do Estado. Esta Foz do Iguaçu que tem bons empresários e excelentes trabalhadores.

Esta Foz do Iguaçu, não quer ficar atrás no grande salto econômico, com o qual o Governador Álvaro Dias impulsiona sua marcha do AVANÇA PARANÁ.

Esta Foz do Iguaçu, precisa da força política do Senhor Governador, para a criação da Área de Livre Comércio - conquista que significa crescimento econômico; conquista que significa avanço social; conquista que significa fortalecimento político.

O caminho é esse Senhores, o resto é

trabalho.

Muito obrigado!

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 06.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1.988
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pela Senhora Deputada Amélia Hruschka e pelo Senhor Deputado Pirajá Ferreira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Erondy Silvério, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Carlos Alborghetti, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (34). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Ayr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Antonio Setti, Nelson Vasconcellos, Orlando Pessuti e Paulo Furiatti (08). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Edmar Luiz Costa, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Irondi Pugliesi, Luiz Alberto Oliveira, Nereu Carlos Massignan, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer. (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Senhores Deputados.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 027/88, (Mensagem n° 27/88- ex-Proposição n° 36/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL, da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 20.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, objetivando aplicação de recursos financeiros para atendimento de despesas com obras de reforma e adaptação do Parque de Exposições Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 028/88, (Mensagem n° 28/88- Ex-Proposição n° 37/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 30.12.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Guaraqueçaba, objetivando aplicação de recursos financeiros no transporte hidroviário de passageiros. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 029/88, (Mensagem n° 29/88- ex-Proposição n° 38/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênio celebrado em 22.12.87, entre o Estado do Paraná e o Instituto de Aviação Civil, com intervenção da Secretaria de Estado dos Transportes, objetivando elaboração do Plano Aeroviário do Estado do Paraná. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 030/88, (Mensagem n° 30/88- ex-Proposição n° 39/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênio celebrado em 10 de novembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem- DER, e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem- DNER, objetivando a execução dos serviços de implantação, pavimentação e das demais obras complementares para duplicação do trecho Curitiba-Garuva, Divisa PR/SC, com extensão estimada de 75 Km - Rodovia 376/PR, integrante do Plano Nacional de Viação. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 031/88, (Mensagem n° 31/88- ex-Proposição n° 40/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênio

celebrado em 27.10.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e o Município de Campo Mourão, com a intervenção da SUDESUL, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 032/88, (Mensagem n° 33/88- ex-Proposição n° 42/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênio publicado no DOE, de 18.01.88, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado do Mato Grosso do Sul, através da sua Secretaria de Obras Públicas, com os objetivos que especifica. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 033/88, (Mensagem n° 34/88 ex-Proposição n° 43/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios que especifica, objetivando construção ou reforma de prédios para unidades policiais dos referidos Municípios: e ainda, cópias de termos aditivos, datados de 23/12/87, a Convênios, para iguais objetivos, celebrados com os Municípios de Cruzeiro do Oeste e Wenceslau Braz. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 034/88, (Mensagem n° 35/88 ex-Proposição n° 44/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Termo Aditivo de 03/02/87, ao Convênio de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrado entre o

Estado do Paraná e a Secretaria do Estado da Segurança Pública e o Município de Ubitatã, objetivando a execução de obras externas, colocação de divisórias, pisos e esquadrias na sede da CIRETRAN local. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 035/88, (Mensagem n° 41/88 ex-Proposição n° 45/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 03/07/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e o Ministério da Cultura, por intermédio da Secretaria de Apoio à Produção Cultural, objetivando a realização do "VII FESTIVAL DE MÚSICA DE LONDRINA - PR". Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 036/88, (Mensagem n° 42/88 ex-Proposição n° 46/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Acordo celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e o Instituto Nacional de Artes Cênicas do Ministério da Cultura em 03/08/87, com os objetivos que especifica. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária, para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada e mais

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n°s 27/88, 28/88, 29/88, 30/88, 31/88, 32/88, 33/88, 34/88, 35/88 e 36/88

Levanta-se a sessão.